

Auditoria de manejo florestal realizada  
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa  
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,  
13400.970

Tel e Fax: +55 19 3429 0800  
[www.imaflora.org](http://www.imaflora.org)

## Resumo Público de **Avaliação de Certificação 2015** do Manejo Florestal da:

### Suzano Papel e Celulose S/A - Unidade Mucuri em Mucuri-BA

Relatório finalizado:	23 de fevereiro de 2015.
Data de auditoria:	03 a 14 de novembro de 2014
Equipe de auditoria:	Guilherme de Andrade Lopes Maureen Voigtlaender Ricardo Michael de Melo Sixel Antônio Carlos Antiquiera Clarissa Magalhães Heidi Cristina Buzato Ellen Keyti Cavalheri
Responsável pelo processo no Imaflora	
Código de certificação:	IMA-MF-0001
Emissão do certificado:	23 de fevereiro de 2015
Expiração do certificado:	22 de fevereiro de 2020
Contato do empreendimento:	Polliane Dionor Schwabe
E-mail:	<a href="mailto:polliannes@suzano.com.br">polliannes@suzano.com.br</a>
Endereço escritório central	Rodovia BR 101, Km 945,4, Mucuri, BA, Brasil, CEP 45930-000
Responsável pelo Manejo Florestal	Álvaro Byczkovski
E-mail:	
Contato do Responsável pelo Manejo Florestal	Rodovia BR 101, Km 945,4, Mucuri, BA, Brasil, CEP 45930-000

## CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIATURAS .....	3
1. INTRODUÇÃO .....	6
2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF .....	6
3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO .....	9
4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO ECONOMICO.....	15
5. PROCESSO DE AUDITORIA.....	16
5.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES.....	16
5.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA FASE II:.....	18
5.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO: .....	20
6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS .....	23
6.1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE CONSULTA A PARTES INTERESSADAS:.....	23
6.2. COMENTÁRIOS RECEBIDOS NA CONSULTA PRÉVIA E TRATAMENTO DAS DEMANDAS .....	27
6.3. DESCRIÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs).....	38
6.4. OBSERVAÇÕES .....	42
6.5. CONCLUSÕES DE AUDITORIA .....	43
ANEXO I – Escopo do EMF .....	45
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas.....	53
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal .....	54
ANEXO IV – Análise Crítica para Decisão da Certificação .....	75

## SIGLAS E ABREVIações

AAVC	Atributo de Alto Valor para a Conservação
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
ADA	Ato Declaratório Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
APRESBA	Associação dos Produtores Rurais do Extremo Sul da Bahia
APRUCOM	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Córrego do Macuco (Mucuri/BA)
ASMOC	Associação dos Moradores das Comunidades Cruzeiro do Sul e Cruzelândia (Mucuri/BA)
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
AVC	Alto Valor para a Conservação
BA	Bahia
BR	Brasil
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCT	Convenção Coletiva de Trabalho
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
COC	Cadeia de custódia ( <i>Chain of Custody</i> )
CRI	Certificado de Registro de Imóveis
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
DAIA	Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental
DAICP	Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual
DDT	<i>Due Diligence</i> Técnica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMF	Empreendimento de Manejo Florestal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
ES	Espírito Santo
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FAVC	Floresta de Alto Valor para Conservação
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIEB	Federação das Indústrias do Estado da Bahia
FM	Manejo Florestal ( <i>Forest Management</i> )
FSC	Conselho de Manejo Florestal ( <i>Forest Stewardship Council</i> )
FUNATURA	Fundação Pró Natureza
GEDOP	Gerência de Excelência de Desenvolvimento Operacional na UNF
GID	Gerenciamento de Informações
GPLAN	Gerência de Planejamento na UNF
ICCT	Instrumento de Caracterização de Comunidades Tradicionais
IDAF	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IEF	Instituto Estadual de Florestas
IFC	Inventário Florestal Contínuo
IMA	Incremento Médio Anual
Imaflora	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IQR	Índice de Qualidade da Regeneração
MG	Minas Gerais
MIPI	Micro Porta Isca
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Sem Terra
NA ou N/A	Não Aplicável
NCR	Relatório de Não Conformidade
ND ou N/D	Não Disponibilizado
NR 31	Norma Regulamentadora 31
NRRA	Núcleos Regionais de Regularização Ambiental
NUMA	Núcleo Mata Atlântica
OBS	Observação
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
P&C	Princípios e Critérios
PCF	Programa de Certificação Florestal
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PLAMAD	Planejamento Tático de Madeira
PMF	Plano de Manejo Florestal
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRAD	Projeto de Recuperação de Área Degradada
RA	Rainforest Alliance
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RISA	Relatório Interno Socioambiental
RL	Reserva Legal
S/A	Sociedade Anônima
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SIF	Sociedade de Investigações Florestais
SINTRAL	Sindicato dos Trabalhadores nas Atividades de Extração e Exploração de Madeira e Lenha
SINTREXBEM	Sindicato dos Trabalhadores na Silvicultura, no Plantio, Nos Tratos Culturais, Extração e Beneficiamento da Madeira em Atividades Florestais e Indústrias Moveleiras no Extremo Sul da Bahia

SISPART	Sistema de Partes Interessadas
SLIMF	Florestas pequenas e com baixa intensidade de manejo ( <i>Small and Low Intensity Managed Forest</i> )
SPC	Suzano Papel e Celulose
SSO	Saúde e Segurança Ocupacional
SSOMA	Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente
SSQV	Segurança, Saúde e Qualidade de Vida
SUPRAM	Superintendência Regional de Regularização Ambiental
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UC	Unidade de Conservação
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UNF	Unidade de Negócios Florestais
UP	Unidade de Produção
USP	Universidade de São Paulo

## 1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de avaliação foi analisar a performance ambiental, social e econômica do manejo florestal da Suzano Papel e Celulose S/A - Unidade Mucuri conforme definido pelos princípios e critérios estabelecidos na ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais e pelas normas estabelecidas pelo sistema certificação FSC® (*Forest Stewardship Council*™).

Este relatório apresenta os resultados de uma auditoria independente de avaliação de certificação conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) relacionadas ao atendimento as normas da ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais. O relatório descritivo do processo de avaliação de certificação FSC pode ser acessado através do website do FSC internacional (<http://info.fsc.org/>).

A seção 6 deste relatório descreve as conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento as normas da ABNT NBR 14789:2012 e as ações de seguimento solicitadas ao empreendimento por meio de suas não conformidades identificadas.

As informações descritas nos itens 2; 3 e 4 deste relatório foram extraídas de documentos fornecidos pelo EMF, tais como Plano de Manejo e procedimentos operacionais, sendo sua veracidade analisada durante as atividades de campo através da análise dos indicadores descritos no Anexo III.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreende planejamento da auditoria, avaliação e certificação e decisões, são de responsabilidade do mesmo que não subcontrata nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicos.

Resolução de conflito: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços, se identificados, são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora ([qualidade@imaflora.org](mailto:qualidade@imaflora.org)). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

## 2. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO EMF

Em janeiro de 1924, o imigrante fundador da Suzano registrava sua empresa na junta comercial do Estado de São Paulo. A Leon Feffer & Cia viria a se tornar mais tarde a Suzano. No início, a firma funcionava no mesmo endereço em que Leon morava com a família. Com o seu crescimento, foi mudando de endereço até que, em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, surgiu a primeira Unidade Industrial, a Fábrica A no bairro do Ipiranga. Em 1946 Leon mudou o nome da empresa para Indústria de Papel Leon Feffer.

No final dos anos 40, Max Feffer, o primogênito de Leon Feffer, que estudava música nos Estados Unidos, voltou ao Brasil para assumir a função de Vice-Presidente Executivo na Indústria. Uma grande preocupação era a dependência da celulose importada para a fabricação do papel. Nos anos 50, buscando alternativas à celulose importada, na gestão do seu filho Max Feffer, a Suzano desenvolveu a celulose de eucalipto, sendo possível obter 100% de celulose de eucalipto.

A nova produção iniciou-se no parque industrial adquirido em 1956 no município de Suzano, com 240.000 m<sup>2</sup>, estrategicamente localizado entre antigos plantios de eucalipto e próximo do principal mercado consumidor, a cidade de São Paulo. O nome da empresa foi mudado para Companhia Suzano de Papel e Celulose e produzia cerca de 25 ton./dia de celulose de eucalipto.

Em 1985 surgiu o projeto da Bahia Sul Celulose Joint Venture, formada por 55% de participação da Companhia Vale do Rio Doce e 45% da Cia Suzano, que visava a implantação de uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto com capacidade para 500 mil ton./ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever com capacidade de 250 mil ton./ano. Assim, a implantação da nova planta, em Mucuri – Bahia, teve início em 1985 e seu startup ocorreu em março de 1992.

Em 2001, a Suzano adquiriu a participação da Companhia Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose. Com a iniciativa, as duas empresas do Grupo, juntas, passaram a ter uma capacidade de produção de 1,2 milhões de toneladas de produtos por ano.

Em maio de 2003, visando estar em linha com melhores práticas de governança corporativa, a empresa aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa..

Em 2005, a Suzano Papel e Celulose iniciou a implantação de um projeto de expansão de sua planta localizada em Mucuri (BA), "Projeto Mucuri" para construir uma segunda linha de celulose para produção de 1 milhão de toneladas. E em agosto de 2007, o Projeto Mucuri iniciou sua operação, aumentando a capacidade final de produtos da Suzano Papel e Celulose, passando da produção de 1,35 milhões de toneladas para mais de 2,8 milhões de toneladas por ano de papel e celulose.

Em março de 2005, ocorreu a aquisição da Ripasa S.A. Celulose e Papel, de forma compartilhada com a VCP, companhia do Grupo Votorantin. Durante o ano de 2006 foi finalizado o processo de reestruturação societária da Ripasa, com a total migração de seus acionistas para as bases acionárias de Suzano e VCP. Dessa forma, a Ripasa foi transformada em unidade de produção, sendo sua capacidade integralmente absorvida por Suzano Papel e Celulose e VCP. Em 2007, o CADE aprovou a compra da Ripasa pelas Companhias, ficando autorizado o CONPACEL - Consórcio Paulista de Papel e Celulose (modelo de consórcio para a administração da unidade Americana).

Em dezembro de 2010, a Suzano passou a deter todo o controle da CONPACEL - consórcio produtor de papel de imprimir e escrever e que reuniu os ativos da antiga Ripasa. A companhia era uma sociedade entre a própria Suzano e a Fibria, empresa resultante da fusão entre

Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Aracruz. A fábrica tem capacidade produtiva de 390 mil toneladas anuais de papel, e de aproximadamente 650 mil toneladas anuais de celulose.

Também englobam as terras próprias, com área total aproximada de 76 mil hectares, dos quais 71 mil hectares são de plantio, sendo 53 mil hectares em áreas próprias e 18 mil hectares em áreas arrendadas.

Dando continuidade ao foco em criar valor aos acionistas, no início de 2006, a Companhia reestruturou seu modelo organizacional, com a formação de Unidades de Negócio, com o objetivo de dar maior foco ao cliente, gerar mais responsabilização por resultados e desenvolver novas lideranças.

Em 2008, a Suzano – Papel e Celulose S.A., anunciou o seu plano de expansão com a construção de duas novas plantas industriais, uma no Maranhão, outra no Piauí e uma terceira em local ainda não definido. No Maranhão assinou com o governo um protocolo de compromissos para construção da fábrica para a produção de celulose, como parte dos investimentos para o período de 2009-2013. O empreendimento que pretende instalar envolve a implantação da base florestal (MA e TO) com o plantio de floresta de eucalipto para suprir a demanda da fábrica, cuja capacidade de produção prevista é de 1,3 milhões de toneladas de celulose, com investimento da ordem de 1,8 bilhões de dólares. Adicionam-se a isso a incorporação das plantações florestais de eucalipto da Vale Ferro Gusa (Unidade Cidelândia, no Maranhão) e da Vale Florestar, no Pará.

A Unidade Imperatriz iniciou suas operações em dezembro de 2013, com capacidade de produção de 1,5 milhões de toneladas de celulose por ano e geração de excedente de energia de 100 MW. Com investimento industrial de US\$ 2,4 bilhões e outros US\$ 575 milhões na formação da base florestal, a fábrica atenderá, prioritariamente, os mercados europeus e norte-americanos. Referência em tecnologia de ponta, a Unidade Imperatriz conta com duas secadoras e dois fornos de cal, que possibilitam maior flexibilidade operacional, maior estabilidade na produção e maior competitividade. Para colocar a unidade em funcionamento, a Suzano contou com reconhecidos fornecedores de serviços e equipamentos, como Metso, Siemens, Pöyry, entre outros.

A fábrica em Imperatriz ocupa uma área total de 1,5 milhões de m<sup>2</sup>, sendo 96 mil m<sup>2</sup> de área construída.

A base florestal da Unidade Maranhão começou a ser formada em 2008 e reúne a experiência de mais de 25 anos de pesquisa florestal da companhia na região, garantindo um portfólio genético apropriado, com produtividade média de aproximadamente 42 m<sup>3</sup> por hectare ao ano.

O investimento florestal para compor a área plantada, da ordem de 154 mil hectares (68% de áreas próprias e 32% de terceiros), foi de US\$ 575 milhões.



### 3. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL E DO SISTEMA DE MANEJO

A Unidade de Negócio Florestal – Mucuri (UNF-MU), com sede em Mucuri (BA) é responsável pela gestão das áreas florestais e pela condução do manejo florestal, que integram as responsabilidades assumidas pela Suzano Papel e Celulose através de suas Políticas de Responsabilidade Corporativa.

Seu objetivo é abastecer a fábrica de madeira para a produção de celulose. Ao todo, a Empresa possui 311.604 mil hectares de terras nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, dos quais aproximadamente 58% são destinados ao plantio de eucalipto, 38% são áreas reservadas para conservação ambiental e 4% são de infraestrutura.

A UNF-MU é certificada pela norma OHSAS 18001 e FSC. A área que possui certificação CERFLOR é de 232.456,42 ha, nos Estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Para abastecer as áreas de plantio, a UNF mantém um viveiro no município de Mucuri, de elevado nível tecnológico, com capacidade de produzir 20 milhões de mudas de eucalipto por ano.

O gênero *Eucalyptus* possui mais de 600 espécies adaptadas a variadas condições de solos e clima, majoritariamente de ocorrência natural na Austrália, exceto *E. urophylla* e *E. deglupta*. A maioria são árvores que compõem uma formação florestal alta, com alturas dominantes entre 30 e 50 m. As espécies mais conhecidas e cultivadas no mundo incluem o *E. grandis*, *E. urophylla*, *E. camaldulensis*, *E. tereticornis*, *E. globulus*, *E. viminalis*, *E. saligna* e *E. citriodora*.

O cultivo do solo compreende um conjunto de operações que, quando usadas racionalmente, podem manter ou elevar os índices de produtividade florestal, reduzir a erosão e a relação custo/benefício dos recursos disponíveis: mão-de-obra, máquinas e implementos, combustíveis e insumos. Inadequadamente usadas, as técnicas de cultivo podem degradar física, química e biologicamente o solo em poucos anos, reduzindo seu potencial produtivo.

Outros aspectos relacionados ao processo de polpação tais como o rendimento em celulose, o consumo de extrativos, o teor de lignina, entre outros, também apresentam relação direta com o manejo florestal.

Para aprimorar o uso destes recursos, a empresa possui dentro da área de tecnologia e desenvolvimento operacional, equipe especializada em Silvicultura e Manejo, destinada a atender demandas relacionadas às atividades silviculturais como o preparo de solo, aplicação de defensivos e fertilizantes, plantio, tratamentos culturais, treinamento operacional, qualidade e também para o desenvolvimento de máquinas e equipamentos.

As demandas são geradas através de três fontes principais:

- Operacional: necessidade operacional gerada no Núcleo de produção da própria empresa.
- Benchmarking: tem origem nas visitas técnicas recebidas ou realizadas em outras empresas.

- Instituições de pesquisa e ensino: através de convênios e parcerias, cursos, eventos promovidos.
- Outras fontes de pesquisa e inovação.

Os trabalhos são realizados através de uma parceria entre as áreas operacionais, que fornece o apoio e os recursos necessários no campo, e a equipe técnica de silvicultura e manejo é responsável pela elaboração e acompanhamento do projeto. No desenvolvimento de máquinas e equipamentos, a confecção e/ou adequação dos implementos geralmente é feita através de empresa especializada e/ou com o apoio da própria empresa prestadora de serviço (parceiro). A utilização dos equipamentos de segurança indicados nas áreas de trabalho, durante a execução das atividades, ocorre conforme as Normas de segurança da empresa.

Após as avaliações, a equipe emite informativo ou relatório técnico contendo as informações e recomendações pertinentes. No caso de novos produtos recomendados, após os respectivos testes a área de desenvolvimento operacional em conjunto com a área de tecnologia, se necessário, realiza as recomendações. Os procedimentos estão descritos no PR.13.00001 – Avaliação de Aspectos e Impactos Ambientais e dos Riscos da Saúde e Segurança Ocupacional e Sistemática de Recomendação de Novas Práticas.

Para obtenção do produto principal – madeira para celulose, a Suzano conduz suas plantações procedendo ao corte raso da floresta entre o 5º e 8º anos de idade, podendo a seguir reformar a área com nova plantação ou conduzir a brotação das cepas cortadas, de acordo com os critérios que estão estabelecidos no procedimento PR.06.00037 – Sistema de Gestão Silvicultural (SGS) – Decisões Silviculturais para Implantação, reforma e condução da brotação de plantios de eucalipto.

### **Reforma**

Operação feita quando são identificadas oportunidades de aumento de produtividade, principalmente em função da inclusão de novos materiais genéticos comprovadamente mais adaptados ao talhão. O plantio é feito entre as linhas da antiga floresta. Inicia-se, então um novo ciclo / rotação florestal.

### **Condução**

O gênero *Eucalyptus* tem a capacidade de emitir brotação a partir do toco remanescente (chamado de cepa). Até aproximadamente 10 meses, esses brotos desenvolvem-se em conjunto com outros brotos, quando então os melhores são selecionados para formar novas árvores. A operação de eliminação dos brotos é chamada desbrota e pode ser realizada de forma manual ou mecanizada. Quando uma floresta se desenvolve a partir da brotação de outra floresta, diz-se que a floresta está na segunda rotação. Por exemplo, uma floresta em segunda rotação sofreu um corte, ao passo que uma floresta em terceira rotação sofreu 2 cortes.

No programa de Fomento, tem-se o mesmo sistema de manejo, procurando garantir não só a produção de madeira para produção de celulose, mas também excedentes para usos múltiplos e/ou outras atividades produtivas na mesma área, através de modelos de consórcio com agricultura e com pecuária sempre respeitando a aptidão de cada fomentado ou propriedade.

Visando atender a demanda de produção de madeira para abastecimento da fábrica, eventualmente são adquiridas novas propriedades e/ou aquisição programada de compra de madeira para a composição da base florestal e fornecimento de madeira para fábrica. Para a aquisição dessas novas áreas, aspectos envolvendo questões econômicas, ambientais, sociais e legais, devem ser observados a fim de alinhar esta atividade com as premissas definidas pela empresa para a gestão florestal.

Além da documentação regularizada para o negócio e da aprovação do preço negociado pela diretoria, devem ser observados os seguintes aspectos:

### **Localização**

No local definido para a aquisição deve ser avaliada a existência de legislação específica que possa restringir os plantios de eucalipto, possibilitando impactos futuros para a continuidade da atividade, além do novo código florestal, e das leis e decretos que regulamentam o ZEE (Zoneamento econômico ecológico) dos estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais ainda que em elaboração, bem como os acordos assumidos em entidades e fóruns, como o diálogo florestal Sustentável. Para o acesso à propriedade devem ser avaliados os trechos críticos de transporte de madeira.

### **Tamanho das áreas a serem adquiridas**

A propriedade deve possuir o tamanho de no mínimo 4 Módulos Fiscais (valor de acordo com o município); Áreas menores podem ser adquiridas desde que:

- O uso da terra não seja a atividade principal do proprietário.
- O proprietário esteja incapacitado de produzir (doença, falecimento, falta de recursos ou outros).
- A venda da propriedade trará um impacto social positivo para o proprietário (aquisição de outra propriedade em local melhor, por exemplo).

### **Aproveitamento para o plantio**

Uma análise criteriosa da área a ser adquirida deve ser realizada visando conhecer e definir o potencial de aproveitamento para o plantio. Áreas localizadas em terreno acidentado, áreas de preservação permanente, áreas ocupadas com vegetação arbórea nativa ou muçunungas, afloramentos rochosos e áreas convertidas (de floresta para pastagem ou outras culturas) a partir de 22 de Julho de 2008, devem se encontrar e ser mantidas sem ocupação com plantios de eucalipto.

### **Produção de Mudás**

Partes das árvores de eucalipto plantadas nas áreas da Suzano são produzidas no Viveiro de Produção de Mudás da empresa, localizado no município de Mucuri (Distrito de Itabatã), na Bahia, que abastece os plantios com 19 milhões de mudas anualmente para a produção de Celulose da fábrica de Mucuri. O restante das mudas utilizadas nos plantios é adquirido em viveiros credenciados e legalizados que utilizam materiais genéticos protegidos e fornecidos pela Suzano.

A propagação sexuada compreende coleta de sementes, preparo do substrato, semeadura, adubação e seleção, a utilização de mudas através de sementes possibilita a manutenção da

variabilidade genética. A propagação vegetativa compreende coleta de brotos, preparo do substrato, estaqueamento, enraizamento, adubação e seleção.

O estaqueamento permite a obtenção de mudas através da retirada de um pequeno ramo de uma árvore, do qual se obtém uma estaca que, em condições especiais de temperatura e umidade, irá desenvolver raízes e tornar-se uma árvore adulta geneticamente igual àquela de onde a estaca foi retirada. O tempo para produção de uma muda é de 90 a 120 dias.

### **Plantio**

Operações que favorecem o estabelecimento inicial (até 1 ano pós-plantio) das mudas de eucalipto (clones ou sementes) em áreas que já sofreram o corte desta cultura (reforma), ou áreas sem a existência da mesma (implantação). Envolve a limpeza do terreno, controle de plantas invasoras, controle de formigas cortadeiras, preparo do solo, adubação, o plantio propriamente dito, e irrigação, atendendo o estabelecido no procedimento PR.06.00075 – Controle Operacional e Monitoramento da Qualidade no Plantio, Condução e Manutenção Silvicultural.

### **Limpeza do terreno**

Deve facilitar as operações subsequentes, visando à eliminação dos restos de vegetação, que prejudiquem tais operações, em áreas de implantação, reforma e condução. Pode-se realizar o nivelamento do terreno com a quebra de cupins, murundus e entupimento de valas, além da utilização de implementos específicos para áreas com grande biomassa vegetal. Quando necessário, realizar destoca ou rebaixamento de cepas e remoção de resíduos que dificultam as operações mecanizadas subsequentes.

### **Controle de plantas invasoras**

Para o controle efetivo das plantas invasoras realiza-se a aplicação mecanizada de herbicida pós-emergente em área total antes do preparo de solo. Com as novas condições do terreno após preparo e plantio ocorre o desenvolvimento de outras plantas que poderão competir por luz, água e nutrientes com as mudas de eucalipto. Dessa forma, poderá haver a necessidade de um controle para inibir o crescimento dessas plantas, em áreas com alta concentração de mato competição antes das adubações, através da aplicação de herbicida pós-emergente, sempre de acordo com rígidos padrões para minimizar os impactos ambientais, seja com métodos mecânicos, como capinas e roçadas, ou de forma mecanizada com bicos de aspersão nos tanques de tratores. O uso de pré-emergente também é realizado em duas etapas, logo após o plantio e após 45 dias do mesmo.

### **Controle de formigas cortadeiras**

Existem duas espécies de formigas que causam danos ao cultivo de eucalipto. São as chamadas formigas cortadeiras, representadas pelas "saúvas" e "quenquéns". O objetivo da operação não é o extermínio delas, mas sim a manutenção da população num nível que não cause prejuízo ao plantio. O controle é feito com base em monitoramento prévio das áreas, essa recomendação de controle é gerada por um software específico (MipFOR) evitando-se intervenções desnecessárias e conseqüentemente reduzindo-se o consumo da isca formicida em áreas que estejam em fase de manutenção. Já em períodos pré-colheita e pós-plantio o EMF utiliza o controle semi-sistemático.

### **Preparo do solo**

O preparo do solo visa oferecer às mudas a melhor condição para o seu desenvolvimento. Em áreas planas, a operação é feita de forma mecanizada, com uso de subsolador ou ripper, podendo conjugar-se a operação de adubação fosfatada. Em seguida, realiza-se a operação de coveamento e aplicação de fertilizante NPK utilizando-se um implemento específico. Eventualmente em áreas acidentadas a operação de preparo de solo pode ser feita por meio de abertura de covas, colocação e incorporação do adubo realizado de forma manual com o uso de enxadão.

Os procedimentos estão descritos no PR.06.00096 – Preparo do Solo em Áreas de Implantação e Reforma. Adubação de base e coveamento: Após o preparo de solo, temos o coveamento manual tradicional, realizado por prestadores de serviço. Na área própria a atividade é realizada pelo multiuso, equipamento adaptado para marcação de covas, e adubação de base. A adubação de base é também continua manual para prestadores de serviço.

### **Plantio e Irrigação**

Antes da operação de plantio as mudas são tratadas com fertilizante MAP (fosfato monoamônico) e cupinicida, para então serem colocadas no solo juntamente com gel hidrorretentor, utilizando-se plantadeira ergométrica equipada com sistema pneumático, o que reduz significativamente o esforço repetitivo dos operadores. Nos primeiros dias pós-plantio procede-se a irrigação conforme a necessidade da muda.

### **Condução**

Das áreas indicadas como condução, são realizadas as atividades: limpeza de cepa, para melhor emissão dos brotos, controle de mato competição (se necessário), antes das adubações, 1º de cobertura (broto com 3 meses) e 2º adubação de cobertura (após seleção de brotos). A seleção manual de broto acontece entre 8 e 9 meses.

### **Máquinas e equipamentos utilizados**

- Rebaixador de cepas.
- Trator.
- Subsolador.
- Ripper.
- Autopropelido para aplicação de herbicidas.
- Adubadeira e Pulverizador.
- Pulverizador costal.
- Aplicador costal de isca formicida.
- Tanque para imersão de mudas.
- Trator com carreta para transporte de mudas.
- Caminhão florestal equipado com tanque de gel/água e plantadeiras ergométricas.
- Trator equipado com tanque de gel/água e plantadeiras ergométricas.
- Caminhão pipa para abastecimento dos tanques.
- Enxadão/Enxada.
- Multiuso

### **Manutenção da Silvicultura**

Conjunto de operações que visam favorecer o desenvolvimento do eucalipto, após fase de plantio (até 1 ano) até a fase de colheita (6 a 8 anos), bem como, a segurança e manutenção da infraestrutura.

Fazem parte da Manutenção as seguintes operações: monitoramento do controle de plantas invasoras, fertilizações complementares e suplementares monitoramento/controlado de pragas e doenças, condução de brotação, manutenção de estradas, aceiros e obras civis, e prevenção contra incêndios. As orientações necessárias para o desenvolvimento das operações relacionadas à manutenção estão estabelecidas nos procedimentos existentes na Pirâmide de Documentação.

### **Colheita**

A Suzano utiliza o sistema de toras entre 2,80 a 6,30 m de comprimento, no qual todos os trabalhos complementares ao corte, como o desgalhamento, traçamento, descascamento e enleiramento, são realizados no local onde a árvore foi derrubada seguida de atividades de baldeio o qual compreende carregamento e descarregamento em pilhas na beira do talhão. Dentro dos atuais sistemas de colheita, esta sistemática é considerada de médio impacto adverso ao meio ambiente, no que se refere a solos.

A Unidade Industrial estabelece como requisito de matéria prima, toras com e sem casca, são fornecidas para fabricação de celulose. As florestas são colhidas entre o 5º e 8º ano, de acordo com as premissas do planejamento florestal. Dois terços da atual colheita têm o descascamento no campo, onde a casca permanece distribuída em toda a área.

Os equipamentos utilizados na colheita própria são: Haverster e Forwarder. Ambos atendem os requisitos de saúde e segurança exigidos pela legislação e superam a motosserra e o trator auto carregável em conforto e produtividade. Quando os materiais genéticos plantados favorecem o desenvolvimento de vegetação, é feita a roçada pré-corte, utilizando para essa remoção foices, facões e tratores com roçadeira, visando adequar o rendimento das atividades subsequentes.

### **Resíduo da Colheita**

O aproveitamento socioeconômico do resíduo de colheita é feito na Bahia e no Espírito Santo por meio de recibo de doação para associações comunitárias devidamente cadastradas na empresa para uso como lenha, desde que não se configure como produção de carvão. Em Minas Gerais a empresa empreende esforços para estabelecer vínculos semelhantes para o aproveitamento socioeconômico do resíduo de colheita.

### **Abastecimento de Madeira**

Envolve as operações de carregamento, transporte e descarregamento da madeira na Unidade Industrial de Mucuri. Após o corte, a madeira é baldeada e empilhada na borda dos talhões e depois é transportada em caminhão do campo diretamente para a fábrica para a sua transformação em cavaco para a produção da celulose ou retornando para o depósito estratégico. O transporte é feito obedecendo ao estabelecido no procedimento PR.06.00064 – Transporte de Madeira de Eucalipto.

Máquinas e equipamentos utilizados:

- Caminhão.
- Carregador Florestal (Grua).

#### **4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SÓCIO ECONOMICO**

O EMF realizou levantamento socioambiental dos municípios situados nas áreas de influência direta e indireta de seu projeto Florestal, no norte do Espírito Santo, extremo sul da Bahia e leste de Minas Gerais.

No primeiro momento foram mapeados e analisados indicadores referentes à composição da renda, infraestrutura, educação e saúde de cada município, o chamado Baseline. Posteriormente foram realizadas pesquisas e entrevistas locais que abordaram temas referentes aos impactos econômicos na cadeia de valor, desenvolvimento social local e equilíbrio do ecossistema. Lideranças comunitárias, autoridades do poder público, membros de organizações sociais e ambientais, empresários e formadores de opinião foram ouvidos nesta etapa. Estas informações foram compiladas e classificadas em níveis de poder e importância e formaram um sistema (SRM) que orienta as ações e relacionamentos entre empresa e partes interessadas. Na prática, trata-se de um conjunto de indicadores socioambientais levantados junto a fontes públicas como IBGE, MS, MEC, PNUD, UNICEF entre outros. Tem como objetivo identificar as características socioeconômicas regionais inseridas na área de manejo florestal Suzano Papel e Celulose – Unidade Mucuri.

Este trabalho possibilitou o mapeamento e reconhecimento dos municípios de interesse, indicando estratégias de relacionamento e investimento social, em parceria com organizações e atores locais contribuindo para o desenvolvimento sustentável local. Portanto, a fim de conhecer, do ponto de vista cultural e socioeconômico as comunidades vizinhas, a Suzano aplica, a cada 04 anos, instrumentos de caracterização das comunidades. Para comunidades identificadas como tradicionais são aplicados, por especialista, os ICCT (Instrumento de Caracterização de comunidades Tradicionais). Para as comunidades não tradicionais são aplicados os Inventários sociais.

Além dos diagnósticos preliminares socioambientais, o EMF estabeleceu uma nova ferramenta, intitulada como diagnostico de comunidades prioritárias, para direcionar ainda melhor as ações da equipe de analistas socioambiental/agentes Socioambientais junto às comunidades de influência, foram estabelecidos os municípios prioritários, assim como as comunidades, por meio de critérios determinados no Tutorial da Matriz de Priorização, disponibilizado nos arquivos da área de sustentabilidade da unidade Mucuri, que são elas: Mucuri – BA, Nova Viçosa – BA, Caravelas – BA, Alcobaça – BA , Pedro Canário – ES, São Matheus – ES e Nanuque – MG.

Este diagnóstico, atualizado trienalmente, tem as seguintes finalidades:

- Monitorar e atualizar os impactos socioeconômico-ambientais, de cunho operacional, relativos ao manejo de plantações florestais da Suzano Papel e Celulose S.A, núcleo UNF-BA, considerando confrontantes distantes de até três quilômetros dos limites de tais plantações (as chamadas comunidades e populações de influência) e comunidades

das rotas do transporte de madeira para a fábrica, possibilitando a atualização da Matriz de Impactos Sociais.

- Determinar os impactos socioeconômico-ambientais, de cunho regional, relativos ao manejo de plantações florestais da Suzano Papel e Celulose S.A, núcleo UNF-BA, considerando o levantamento de impactos socioeconômicos junto às comunidades, bem como junto a lideranças municipais e comunitárias (prefeituras, secretarias, chefias, associações, etc.) dos municípios de Mucuri, Caravelas, Alcobaça e Nova Viçosa (BA), Conceição da Barra e São Mateus (ES) e Nanuque – MG, possibilitando a atualização da Matriz de Impactos Sociais.
- Proporcionar elementos para que os responsáveis pelo socioambiental e manejo de plantações florestais do EMF analisem e tratem os impactos socioeconômico-ambientais relevantes diagnosticados, por meio de planos de ação - de preferência pactuados com as partes interessadas envolvidas - e incluam no Plano de Manejo Florestal (PMF) as tratativas de precaução adequadas.
- Servir de base preliminar para que tais monitoramentos e avaliações sejam doravante sistematizados, expandidos e melhorados, inclusive quanto à suficiência, eficiência e eficácia dos planos de ação (ações ou medidas para prevenir, minimizar ou mitigar) os impactos socioeconômico-ambientais relevantes identificados, em apoio ao HIMAC – Histórico de Monitoramento e Análise Crítica.
- Fornecer alertas para que o EMF antecipe-se e previna-se relativamente a questões sociais insurgentes, em apoio ao Livro em Campo e SISPART.
- Fornecer indicativos de oportunidades para que o EMF avalie a mais valia em diversificar, estender e aperfeiçoar os seus programas e projetos sociais, em apoio ao HIMAC – Histórico de Monitoramento e Análise Crítica.

## 5. PROCESSO DE AUDITORIA

### 5.1. Auditores e qualificações

#### a) Auditoria Fase I:

Nome do auditor	Guilherme de Andrade Lopes	Atribuições do auditor	Auditor líder
Qualificações	Coordenador de certificação florestal do Imaflorea/Rainforest Alliance e auditor líder de certificação florestal. Doutorando e Mestre em recursos florestais pela ESALQ/USP, Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Lavras, MG, com experiência de mais de dez anos como consultor e gestor em empresas de base florestal (plantações). Conduziu mais de 30 avaliações FSC de manejo florestal de plantações. Possui treinamento na norma ISO 19.011 para atuar como auditor do sistema de gestão de qualidade e meio ambiente e formação de auditor líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14.001.		

#### b) Auditoria Fase II:

Nome do auditor	Guilherme de Andrade Lopes	Atribuições do auditor	Auditor líder
-----------------	----------------------------	------------------------	---------------



Qualificações	Coordenador de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance e auditor líder de certificação florestal. Doutorando e Mestre em recursos florestais pela ESALQ/USP, Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Lavras, MG, com experiência de mais de dez anos como consultor e gestor em empresas de base florestal (plantações). Conduziu mais de 30 avaliações FSC de manejo florestal de plantações. Possui treinamento na norma ISO 19.011 para atuar como auditor do sistema de gestão de qualidade e meio ambiente e formação de auditor líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14.001.		
Nome do auditor	Maureen Voigtlaender	Atribuições do auditor	Auditadora
Qualificações	Engenheira florestal, mestre e doutora em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, com experiência nas áreas de conservação e silvicultura de ecossistemas florestais. Frequentou cursos internos de formação de auditores ministrados pelo Imaflora e formação adicional em curso de ISO 14001:2004 (auditor líder) pela ATSG.		
Nome do auditor	Ricardo Michael de Melo Sixel	Atribuições do auditor	Auditor
Qualificações	Engenheiro Florestal, mestre em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, com experiência em empresa de consultoria nas áreas de gestão florestal, financiamento rural, conservação e silvicultura. Consultor do Imaflora/Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação. Possui formação adicional em curso sobre ISO 14001 (Auditor Líder) e cursos de atualização para auditores e formação de líderes do Imaflora/Rainforest Alliance.		
Nome do auditor	Antonio Carlos Antikeira	Atribuições do auditor	Auditor
Qualificações	Engenheiro Florestal pela ESALQ/USP. Realizou diversas auditorias pelo Imaflora e também diretamente para a Rainforest Alliance. Trabalhou como consultor para empresas de celulose e papel para avaliação, estudos e implantação de sistemas mecanizados de colheita florestal, adequação de frotas para transporte de madeira, organização de pátios de estocagem de madeira. Consultor do programa de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação.		
Nome do auditor	Clarissa Magalhães	Atribuições do auditor	Auditadora social
Qualificações	Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Energia pela UFABC (Área Ambiente e Sociedade), SP. Antropóloga pela UNICAMP, SP. Consultora especialista em programas de apoio à implementação de gestão participativa e agendas socioambientais junto a instituições dos três setores, com larga experiência em planejamento e gestão de projetos. Experiência pregressa junto ao sindicalismo rural, tendo coordenado programa de formação de dirigentes na Escola Sindical São Paulo.		
Nome do auditor	Heidi Cristina Buzato	Atribuições do auditor	Auditadora social
Qualificações	Socióloga, mestre em Ciências Florestais, com ampla experiência em trabalhos com comunidades tradicionais. Trabalha como auditadora social em processos de certificação FSC tendo participado de diversas auditorias de manejo de florestas nativas e		

plantações florestais em todo o Brasil, desde 1998 instrutora de cursos de Formação de Auditores promovidos pelo Imaflora/Rainforest Alliance, possui formação adicional em curso sobre ISO 19011.

## 5.2. Cronograma de auditoria fase II:

Data	Localização / sítios principais	Principais atividades
03/11/2014	Escritório Florestal (Mucuri/BA)	Reunião de abertura Planejamento de atividades de campo Exame de documentos e evidências de cumprimento de não conformidades anteriores Deslocamento de parte da equipe para a regional Teixeira de Freitas
	INCRA ES (Vitória/ES)	Entrevista com partes interessadas
04/11/2014	Fazenda Três Rios (Caravelas/BA), Gleba 13D UP003 Gleba 11D UP081 Gleba 11D UPs002 e 006	Adubação mecanizada Irrigação Capina química manual Colheita mecanizada Conservação/manutenção de estradas Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais Entrevista com trabalhadores Condições de transporte de trabalhadores Área de vivência Área para inclusão no escopo de certificação
	Gleba 21B UP121 (Caravelas/BA)	Colheita mecanizada Baldeio Entrevista com trabalhadores Conservação/manutenção de estradas Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais Área de vivência Lavagem de máquinas florestais Condições de transporte de trabalhadores
	Gleba 15E UP 009 (Caravelas/BA)	Carregamento florestal Sistema de identificação da cadeira de custódia Entrevista com trabalhadores Conservação/manutenção de estradas Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais Área de vivência
	Reserva Biológica do Córrego Grande (Caravelas/BA)	Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais próximo aos plantios de eucalipto (bordadura)
	Projetos Sociais (Conceição da Barra/ES)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente Comunidade São Domingos Comunidade Córrego do Macuco

	Projetos Sociais (Teixeira de Freitas/BA)	Alcobaça Comunidade Taquari Comunidade Juerana Comunidade Volta Miúda
	SINTRAL (São Mateus/ES)	Entrevista com partes interessadas
	ASMOC (Cruzelandia, Mucuri/BA)	Entrevista por telefone com partes interessadas
	Coopflora (Nova Viçosa/BA)	Entrevista por telefone com partes interessadas
05/11/2014	Gleba 11B UP100	Roçada Manual Conservação/manutenção de estradas Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais Condições gerais de máquinas e equipamentos Entrevista com trabalhadores Área de vivência Condições de transporte de trabalhadores
	Gleba 14B UP038	Herbicida mecanizado Entrevista com trabalhadores Área de vivência Conservação/manutenção de estradas Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais Condições gerais de máquinas e equipamentos Condições de transporte de trabalhadores
	Projetos Sociais (Mucuri/BA)	Comunidade Nova Brasília Comunidade Rio do Sul Comunidade Oliveira Costa Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Mucuri/BA	Reunião Pública
	Teixeira de Freitas/BA	Reunião Pública
06/11/2014	Gleba 12A (Caravelas/BA)	Cemitério
	Gleba 14E (Carlos Chagas/MG)	Vegetação em transição entre Mata Atlântica e o Cerrado
	Gleba 32C UP145, UP141 (Minas Gerais)	Conservação/manutenção de estradas Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais Torre de incêndio
	Gleba 22B UP126 (Conceição da Barra/ES)	Capina química manual Conservação/manutenção de estradas Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais Condições gerais de máquinas e equipamentos Entrevista com trabalhadores Condições de transporte de trabalhadores
	FLONA – Floresta Nacional do Rio Preto	Aspectos gerais de conservação dos remanescentes naturais próximo aos plantios de eucalipto (bordadura)

	(Conceição da Barra/ES)		
	Projetos Sociais (Alcobaça/BA)		Comunidade Córrego Grande Comunidade Rancho Queimado Comunidade Igrejinha Comunidade Pau da Garrafa
	Projetos Sociais (São Mateus/ES)		Comunidade Espírito Santo/Córrego Baqueira
	Ministério Público de Teixeira de Freitas/BA		Entrevista com partes interessadas
	SINTREXBEM (Teixeira de Freitas/BA)		Entrevista com partes interessadas
07/11/2014	Hotel em Mucuri/BA		Reunião de consolidação da equipe de auditores
10/11/2014	Gleba 27 15B Glebas 14B e 15A (Mucuri/BA)		Lagoa de utilização pública Vegetação nativa (margens do Rio Mucuri)
11/11/2014	Escritório Florestal (Mucuri/BA)		Entrevista com equipe do EMF Análise documental
12/11/2014	Escritório Florestal (Mucuri/BA)		Entrevista com equipe do EMF Análise documental
13/11/2014	Escritório Florestal (Mucuri/BA)		Reunião de consolidação da equipe de auditores
14/11/2014	Escritório Florestal (Mucuri/BA)		Reunião de nivelamento com a equipe do EMF Reunião de encerramento da auditoria
Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 162 = número de auditores participando 09 multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas 18			

### 5.3. Descrição das etapas do processo de Avaliação:

#### 5.3.1. Visita Prévia:

Após análise e avaliação da documentação apresentada pelo empreendimento candidato, e considerando a experiência do Imaflora com relação a processos com o nível de complexidade apresentada e, principalmente, o conhecimento prévio da empresa candidata pelo Imaflora, obtido nos processos de certificação pelo sistema FSC, foi dispensada a realização da visita prévia à unidade de manejo florestal.

#### 5.3.2. Auditoria Inicial (Auditoria Fase I) tem a função de:

- a) Fornecer subsídios para o planejamento da Auditoria Fase II, por meio do conhecimento sobre o manejo florestal do empreendimento candidato, com base nos princípios, critérios e indicadores conforme ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do empreendimento para receber auditoria;
- b) Verificar nos órgãos públicos competentes o cumprimento da legislação, segundo o Princípio 1;

- c) Identificar as partes interessadas a serem convidadas para a Consulta Pública, por meio de levantamento direto e indicações do empreendimento;
- d) Realizar uma Consulta Prévia, envolvendo as partes interessadas sobre o processo de certificação, e estabelecendo um período não inferior a 30 dias para o recebimento de comentários.
- e) Nesta fase também pode ocorrer visita de campo para melhor compreensão do empreendimento e planejamento da auditoria fase II.

Foram examinados diferentes documentos apresentados pelo empreendimento candidato, com os objetivos de avaliar preliminarmente o atendimento dos princípios, critérios e indicadores conforme ABNT NBR 14789 e, em particular, do preparo do empreendimento para receber auditoria. Foram analisados os seguintes documentos:

- Plano de Manejo Florestal;
- Procedimentos operacionais de silvicultura, colheita, construção e manutenção de estradas, entre outros;
- Certidões de débitos tributários junto às receitas Federal, Estadual e Municipal;
- Certidões de débitos junto ao INSS e ao FGTS;
- Certidões de ações junto às Justiças do Trabalho, Federal e Estadual (Cíveis e Penais);
- Documentos relativos ao licenciamento ambiental do empreendimento;
- Documentos relativos ao desempenho ambiental do empreendimento.

As certidões de ação, em especial, listam ações em andamento que envolvem a Suzano como parte processual. A lista de ações será verificada durante a Auditoria Fase II.

A verificação do cumprimento da legislação deu-se por meio da solicitação das certidões acima descritas. Os documentos examinados permitiram constatar uma consistência mínima suficiente para justificar a viabilidade da realização da Auditoria Fase 2, a ser realizada em dez dias por uma equipe composta por seis auditores (uma Antropóloga, uma Socióloga e quatro Engenheiros Florestais), que deverá incluir visitas a frentes operacionais e de importância ambiental, comunidades e órgãos públicos, além do exame mais detalhado de documentos e entrevistas com trabalhadores e membros da equipe do empreendimento.

A identificação de partes interessadas ocorreu por meio de uma lista de partes interessadas apresentada pelo empreendimento candidato e listas estratégicas mantidas pelo Imaflora, resultantes de experiências anteriores na região. Foi efetuada uma consulta prévia por e-mail, considerando as partes interessadas identificadas e os prazos estipulados para o recebimento de comentários. Adicionalmente, foi efetuada uma divulgação na página eletrônica do Imaflora, bem como uma divulgação em instrumentos de mídia locais. Durante entrevistas, prévias ou mesmo durante entrevistas presenciais durante a auditoria de campo, novas partes interessadas podem ser identificadas e consultadas.

Conforme descrição já efetuada no item 5.3.1, foi dispensada a realização de visita de campo durante esta fase da auditoria.

### **5.3.3. Auditoria Inicial (Auditoria Fase II):**

Após todas as constatações da Auditoria Fase I, inicia-se a Auditoria Fase II nas dependências do empreendimento para avaliar a implementação dos requisitos da norma. Nesta fase é realizada a Reunião Pública para coletar comentários das partes interessadas.

Durante a fase de avaliação de campo a equipe cumpriu as seguintes etapas:

- Análise de documentos do EMF – a documentação foi analisada para a obtenção de uma base de informações sobre o histórico recente, as atividades, o processo produtivo e detalhes sobre questões ambientais e sociais da operação florestal.

- Seleção de locais – juntamente com os responsáveis pelo manejo florestal a equipe revisou a documentação enviada pela empresa e, de posse dos mapas e das informações sobre as frentes de trabalho, selecionou os sítios a serem visitados. Priorizou-se a avaliação dos sítios com frentes de trabalho, buscando-se a amostragem de diferentes prestadores de serviços, situações topográficas e operações, amostrando-se adicionalmente outros aspectos como áreas de conservação e pesquisa, eventuais denúncias e documentação em escritório. A composição da amostragem e a decisão de visitas da equipe nas diferentes áreas considerou a distribuição regional das unidades de manejo.

- Consolidação parcial de equipe – no final de cada dia de trabalho foram efetuadas conversas com os membros da equipe para análise dos dados observados, revisão de documentação (procedimentos de manejo florestal, políticas, plano de manejo etc.) e definição de eventuais atividades adicionais no dia seguinte.

- Discussão interna e apresentação preliminar dos resultados – após reunião da equipe para consolidação das principais constatações da avaliação, foi apresentado à equipe responsável pela certificação na empresa um resumo dos pontos positivos e negativos observados, incluídos no relatório de avaliação.

- Reunião de encerramento.

#### **5.3.4. Tratamento de Não Conformidades**

Caso seja identificada alguma não conformidade maior durante o processo, o empreendimento deve tratar a mesma, e a evidência objetiva de cumprimento é requisito para emissão do certificado.

As não conformidades menores evidenciadas durante o processo devem ser tratadas pelo empreendimento candidato dentro dos prazos estipulados pela equipe de avaliação e seu cumprimento não é requisito para a emissão do certificado.

Na Auditoria Fase 1 não foram identificadas não conformidades. Durante a auditoria fase dois foram identificadas três não conformidades menores (NCRs #01, 02 e 03/15), com prazo de cumprimento até o próximo monitoramento anual.

### **5.3.5. Comissão de Certificação**

A Comissão de Certificação apreciou o processo de certificação do EMF, recomendou a concessão da certificação, porém apresentou dúvidas em relação a alguns pontos, que foram tratados e respondidos pela equipe de auditoria e coordenador do processo.

## **6. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS**

### **6.1. Descrição do Processo de Consulta a Partes Interessadas:**

Durante a auditoria foram conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais para verificar as condições de trabalho dentro do EMF, bem como o cumprimento das ações corretivas aplicadas na avaliação anterior.

O objetivo da estratégia de consulta a partes interessadas para a avaliação foi:

- 1) Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos.
- 2) Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais.
- 3) Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

O objetivo da divulgação foi informar a população sobre a presença dos auditores do Imaflora na região de Mucuri (BA), considerando a localização da área de manejo e o acesso aos veículos de comunicação da região. Compreendeu as seguintes etapas:

- Chamada para o evento e lançamento da consulta na página eletrônica do Imaflora ([www.imaflora.org](http://www.imaflora.org)) no dia 04/09/2014;
- Divulgação da notícia nas redes sociais incluindo Blog, Facebook e Twitter na mesma ocasião;
- Desenvolvimento de anúncio para a Rádio Caraípe FM de Teixeira de Freitas, com abrangência nos municípios de Teixeira de Freitas, Mucuri, Nova Viçosa, Juçuru, Caravelas, Alcobaça, Eunápolis, Prado, Itamaraju, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itagimirim, São Mateus, Linhares, Montanha, Sobrado, Mucurici, Nova Venécia e mais 9 municípios do Estado da Bahia e Espírito Santo, divulgado durante o período de 01/11/2014 a 06/11/2014, totalizando 76 inserções comuns em horários diferenciados;
- Desenvolvimento de anúncio para a Rádio Alvorada AM de Teixeira de Freitas, com abrangência nos municípios de Teixeira de Freitas, Mucuri, Nova Viçosa, Juçuru, Caravelas, Alcobaça, Eunápolis, Prado, Itamaraju, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itagimirim, São Mateus, Pedro Canário, Linhares, Montanha, Sobrado, Mucurici, Nova Venécia e mais 15 municípios do Estado da Bahia e Espírito Santo, divulgado durante o período de 01/11/2014 a 06/11/2014, totalizando 76 inserções comuns em horários diferenciados;
- Desenvolvimento de anúncio para a Rádio Difusora AM de Teixeira de Freitas, com abrangência nos municípios de Teixeira de Freitas, Mucuri, Nova Viçosa, Jucuruçu,

Caravelas (BA) e no Estado do Espírito Santo: Pedro Canário, São Mateus, Linhares, Montanha, Sobrado, Mucurici, Nova Venécia, Conceição da Barra, Ponto Belo e Icoporanga, divulgado durante o período de 01/11/2014 a 06/11/2014, totalizando 76 inserções comuns em horários diferenciados;



Os auditores do Imaflora estarão em Mucuri/BA, no período de 03 a 14 de Novembro para avaliar se a Suzano Papel e Celulose S/A – Unidade Mucuri cumpre as exigências para a recertificação de acordo com as normas FSC® e da norma ABNT 14789 em suas áreas de manejo florestal.

A participação da população é muito importante para verificar a atuação da empresa na região. Por isso, o Imaflora convida a todos para enviar suas contribuições.

Para saber mais acesse [www.imaflora.org](http://www.imaflora.org) ou entre em contato através do telefone (19) 3429.0800

- Desenvolvimento de anúncio para o Jornal O Sollo de Porto Seguro, com abrangência nos municípios de Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itamaraju, Mucuri, Ilhéus, Itabuna, Ibicuí, Itapetinga, Vitória da Conquista e Jequié, divulgado no dia 03/11/2014;
- Desenvolvimento de anúncio para o Jornal Independente de Teixeira de Freitas, com abrangência no Sul e Extremo Sul da Bahia, como em Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Mucuri, Ibirapua, Lajedão, Itamaraju, entre outros, divulgado no dia 01/11/2014;

**COMUNICADO PÚBLICO**

Os auditores do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) estarão em Mucuri, BA, durante o período de 03 a 14 de Novembro de 2014, para verificar se a Suzano Papel e Celulose S/A - Unidade Mucuri cumpre as exigências para recertificação de acordo com as normas do FSC® e da norma ABNT NBR 14789 em suas áreas de manejo florestal.

A participação da população nesse processo é muito importante. Por isso, o Instituto convida a todos que tiverem alguma contribuição sobre a atuação da empresa na região a procurar a equipe de auditores do Imaflora.

Informamos que, a qualquer momento, os interessados poderão enviar suas manifestações através do e-mail: [consultapublica@imaflora.org](mailto:consultapublica@imaflora.org), telefone/fax.: (19) 3429-0800, carta endereçada à Estrada Chico Mendes, 185, CEP 13426-420 – Piracicaba – São Paulo – Brasil ou ainda por meio do site [www.imaflora.org](http://www.imaflora.org).

**Imaflora**

O Imaflora é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, que trabalha desde 1995 para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, gerar benefícios sociais e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O instituto está habilitado a avaliar florestas, plantações e empresas no Brasil prestando serviços de certificação do FSC em associação com a Rainforest Alliance (FSC® N001877).



- Envio, por e-mail, de comunicado e link dos documentos da certificação para as partes interessadas no processo e retorno, conforme abaixo:

- **Primeiro envio**: 04 de Setembro de 2014

<b>Tipo (ONG, agências do governo, moradores locais, prestador de serviços etc.).</b>	<b>Número de pessoas/entidades informadas</b>	<b>Número de pessoas/entidades diretamente consultadas ou que forneceram comentários</b>
ONGs Ambientais	18	-
ONGs Sociais	01	-
Comunidade	04	-
Organizações governamentais	84	-
Associações	09	-
Cooperativa	01	-
Empreendimento Certificado	02	-
Sindicatos	02	-
Instituição Acadêmica	01	-
Colaboradores do Rainforest Alliance	03	-
Colaboradores do FSC	02	-
Colaboradores do Imaflora	28	-
Auditores Externos	44	-
Outros	03	-

- **Segundo envio**: 19 de Setembro de 2014

Complemento de contatos selecionados.

<b>Tipo (ONG, agências do governo, moradores locais, prestador de serviços etc.).</b>	<b>Número de pessoas/entidades informadas</b>	<b>Número de pessoas/entidades diretamente consultadas ou que forneceram comentários</b>
ONGs Ambientais	60	-
ONGs Sociais	24	-
ONGs Nacionais	39	06
Cooperativas	03	-
Organizações governamentais	95	06
Associações	27	04
Cartografia Social	01	-
Comitê	01	-
Comunidades	06	44
Conselhos	04	-
Fundação	08	-
Consultor	12	-

Empresarial	04	-
Representantes de Associações dos Produtores	11	-
Representantes dos Povos Indígenas	09	-
Lideranças	02	-
Sindicatos	25	02
Unidade de Conservação	01	03
Instituição Religiosa	01	-
Instituição de Ensino e Pesquisas Florestais	29	-
FSC	09	-
Outros	65	01

- **Terceiro envio:** 23 de Setembro de 2014

Listas de partes interessadas internacional

<b>Tipo (ONG, agências do governo, moradores locais, prestador de serviços etc.).</b>	<b>Número de pessoas/entidades informadas</b>	<b>Número de pessoas/entidades diretamente consultadas ou que forneceram comentários</b>
ONGs Ambientais	26	-
ONGs Sociais	02	-
Cooperativas	04	-
Organizações governamentais	04	-
Associações	04	-
Fundação	05	-
Empreendimento Certificado	33	-
Instituição Financeira	09	-
Instituição de Ensino	10	-
Sistema de Certificação	08	-
Outros	02	-

- Além destes, o e-mail foi enviado aos contatos que temos cadastrados no CRM Sales Force no estado da Bahia: 40 contatos + 15 leads.
- O sistema de envio filtra os e-mails em duplicidade e considera apenas uma vez o envio.
- Foram recebidos um retorno pela comunicação do Imaflora através do e-mail, [consultapublica@imaflora.org](mailto:consultapublica@imaflora.org), sendo confirmação de recebimento.
- Divulgação nas redes sociais do Imaflora, durante a semana da auditoria com a data de início e término da visita;

- Preparação e divulgação de um release, encaminhado aos veículos de comunicação da região, para estimular a mídia espontânea.

De forma complementar a este trabalho de entrevistas diretas foram realizadas duas reuniões públicas no dia de 05 de novembro de 2014, às 19h00, nos municípios de Teixeira de Freitas e de Mucuri, Estado da Bahia. A divulgação das reuniões públicas foi realizada através de anúncios nos principais meios de comunicação, mais acessíveis à comunidade local, incluindo jornais, rádios locais e carros de som em algumas regiões. Durante as reuniões públicas a certificadora forneceu informações sobre o processo de certificação CERFLOR (o que é; como funciona; como é realizada a avaliação; o escopo da avaliação e outros temas). Foram registrados todos os comentários recebidos, manifestações contrárias à certificação CERFLOR do empreendimento e críticas ao trabalho do órgão certificador.

## 6.2. Comentários recebidos na consulta prévia e tratamento das demandas

As atividades de consulta a partes interessadas foram organizadas para dar aos participantes a oportunidade de fornecer comentários de acordo com categorias gerais de interesse baseadas nos critérios de avaliação. A tabela a seguir resume os itens identificados pela equipe de avaliação, com uma rápida discussão de cada um, baseados em entrevistas específicas ou comentários em reunião pública.

Princípios	Comentários de interessados	Resposta do Imaflora
<b>Princípio 1</b>	<p>- Cumprimento dos acordos junto ao Diálogo Florestal e condicionante de não comprar madeira de área de 10 km da costa no estado da Bahia</p> <p>- Compra de madeira proveniente da APA Caraíva Trancoso, porque o eucalipto dessa área não deveria ser utilizado para a celulose visando não estimular o plantio na área do litoral. Suzano mostrou uma licença que depois de verificada constatou-se que era ilegal. Essa questão durou de agosto de 2012 a abril de 2013.</p>	<p>- Não foi constatado descumprimento do acordo estabelecido no Fórum Florestal da Bahia com relação á compra de madeira por parte do EMF em faixa inferior a 10 km da costa litorânea. Pelo que foi apurado essa compra está sendo realizada por fomentados da Suzano e comercializada como madeira controlada FSC não certificada pelo CERFLOR. Esse tema é considerado fora do escopo da certificação CERFLOR.</p> <p>- Essa aquisição refere-se ao mesmo tema descrito acima, ou seja, a indústria utilizou a madeira como “controlada” para composição do mix de produtos mistos FSC. Embora esse tema seja considerado fora do escopo da certificação do manejo florestal CERFLOR, levantou-se que o EMF foi autuado pelo MP e procedeu com o pagamento da multa aplicada.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intervenção em APP, em faixa de 300m com máquina de esteira na área 15X214, por funcionário da Suzano, provocando degradação ambiental.</li>   <li>- A desmobilização da EPS Carvalho de colheita florestal deixou passivos trabalhistas.</li>   <li>- A empresa não está cumprindo os acordos com caminhoneiros determinados no projeto Rotas do Sucesso.</li>   <li>- A empresa não cumpre os acordos de recuo de plantios junto a comunidades rurais estipulados no Fórum Florestal.</li>   <li>- Existem áreas invadidas após recuo dos plantios do litoral devido à ausência de plano participativo para essas áreas, conforme determinado pelo Fórum Florestal.</li>   <li>- A empresa vem descumprindo o</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A referida área não pertence ao escopo de certificação CERFLOR. Trata-se de área de fomento florestal em que, conforme contrato estabelecido entre o produtor e o EMF fica definido a responsabilidade do fomentado sob as áreas de preservação e conservação, sendo que o EMF não possui gerência sob essas áreas.</li>   <li>- Foi evidenciado que a empresa monitorou a quitação de débitos da empresa prestadora de serviços quanto ao recolhimento do Fundo de Garantia e Previdência Social para prevenir possíveis prejuízos aos trabalhadores. Não foi verificada não conformidade relativa a este tema.</li>   <li>- Foi evidenciado em campo e na análise documental que o projeto citado refere-se à parte industrial da empresa, estando fora do escopo da certificação. Não foram verificadas não conformidades referentes a este tema.</li>   <li>- Foi verificado em campo e na análise documental que a empresa descumpriu em 26% a determinação do Fórum Florestal relativa a recuos junto a comunidades rurais, aplicando-se o NCR #03/15.</li>   <li>- O recuo em áreas à beira-mar (falésias) está paralisado em acordo com o Fórum Florestal diante do risco de invasão por projetos imobiliários. Existem duas áreas com projetos piloto de outras grandes empresas de celulose da região que envolve planos participativos e que devem ser monitoradas pelo Fórum. Não foi encontrada não conformidade relativa a este tema.</li>   <li>- O possível descumprimento do</li> </ul>
--	---	---

	acordo de recuo de 5 m de cada lado da estrada da Comunidade de Córrego Grande.	acordo não foi evidenciado durante a auditoria, porém foram identificadas algumas falhas no processo de diálogo com partes interessadas (entre elas alguns órgãos públicos), aplicando-se a OBS #05/15.
<b>Princípio 2</b>	N/A.	N/A.
<b>Princípio 3</b>	<p>- Não existe confiabilidade sobre as informações referentes às áreas de preservação que a empresa apresenta publicamente.</p> <p>- Questões relacionadas aos transgênicos, uma vez que os estudos desenvolvidos pela Suzano e o CTNBio são muito fracos.</p>	<p>- A verificação de campo e documental não identificou não conformidades relativas às informações sobre as áreas de preservação</p> <p>- A Suzano tem investido em pesquisas na área de biotecnologia desde o início dos anos oitenta, com o início dos trabalhos de cultura de tecidos. Desde seu início, essa linha de pesquisa teve como principal objetivo o aumento da produtividade florestal e da qualidade da fibra de celulose produzida, visando ganhos de produtividade e custos também na área industrial. As pesquisas envolvendo biotecnologia foram iniciadas em 1982, em instalações de laboratório e produção de mudas.</p> <p>No início do novo século, ainda com os mesmos objetivos, foram iniciadas as pesquisas envolvendo OGMs, em parceria com a empresa israelense Futuragene, especializada em biotecnologia, seguindo todos os procedimentos de biossegurança aplicáveis, definidos e controlados pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, instância governamental colegiada, multidisciplinar, criada através de lei, cuja finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança</p>

		<p>relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados).</p> <p>Com a evolução dos trabalhos, foram necessárias obras de expansão e transformação das instalações disponíveis, sempre aprovadas pelos protocolos de biossegurança definidos pela CTNBio. Após uma fase inicial de pesquisas laboratoriais com OGMs, seguiu-se a instalação de dois experimentos de campo, ambos no Estado de São Paulo, um deles já desativado de acordo com os protocolos previstos pela CTNBio, após encerrar seu ciclo de produção de informações e o segundo ainda ativo, em conformidade com o planejamento das pesquisas instaladas.</p> <p>O empreendimento manteve, ainda, diferentes Certificados de Qualidade em Biossegurança, válidos para propriedades específicas situadas nas unidades de manejo de Suzano, Mucuri, Maranhão e Piauí. Estes certificados constituem um dos primeiros passos obrigatórios para quaisquer atividades relacionadas a OGMs e se aplicam a entidades ou empresas que desenvolvam ou queiram desenvolver atividades e projetos relacionados ao tema. A efetiva implantação de experimentos e/ou manipulação genética dependem de outras aprovações junto à CTNBio. A empresa buscou a emissão destes certificados para áreas estratégicas de uso potencial, garantindo sua disponibilidade em função do trâmite oficial demorado.</p>
--	--	---

	<p>- Presença de gado de vizinhos em áreas de APP da empresa, causando degradação.</p> <p>- Incêndios criminosos em áreas próximas a APA Conceição da</p>	<p>Em 2010, a Suzano adquiriu a Futuragene e recentemente, em agosto de 2011, houve a aprovação da CTNBio para requerimento da Futuragene visando a incorporação das instalações e cancelamento do CQB em nome da Suzano. Por consequência, todas as unidades de operação com CQBs, antes em nome da Suzano, passam para a responsabilidade da Futuragene. A Suzano deixa, dessa forma, de trabalhar diretamente com OGMs, transferindo as atividades para outra empresa do grupo (a Futuragene). Todas as instalações, incluindo laboratórios, áreas de produção de mudas e o experimento instalado em campo, se encontram em áreas fora do escopo de certificação. Por derradeiro, a Futuragene mantém tais atividades em caráter investigativo e em escala limitada e as atividades e experimentos existentes possuem prazos definidos, compatíveis com os objetivos de pesquisa.</p> <p>Segundo declaração formal do empreendimento, todas as diretrizes serão respeitadas com relação às atividades envolvendo OGMs. A certificadora tem conhecimento das instalações, locais e outros detalhes de experimentos com OGMs mantidos pela Futuragene. Tais informações, no entanto, são mantidas em sigilo em razão de aspectos de biossegurança e de políticas de confidencialidade do empreendimento certificado.</p> <p>- Não foram constatados danos em APPs durante a visita de campo. A empresa possui um conjunto de medidas de ações junto com órgãos do Estado para a resolução deste tipo de invasão em suas áreas.</p> <p>- Foi observada a disponibilidade de equipes de campo específicas para</p>
--	---	---

	<p>Barra – Aceiros com pouca manutenção permitindo a entrada do fogo nas áreas do parque.</p>	<p>realização de rondas periódicas na UMF. Além disso, a empresa possui brigadas contra incêndios, caminhões pipas e sistema de monitoramento florestal por torres de vigilância equipados com rádio de comunicação. Atos criminosos contra a empresa são registrados por meio de Boletins de Ocorrências e encaminhados aos órgãos ambientais competentes. O comentário recebido não soube indicar se as áreas em questão faziam parte deste EMF, pois áreas florestais de outros EMFs estão adjacentes a APA. Não foram aplicadas não conformidades sobre este tema.</p>
<b>Princípio 4</b>	<p>- A empresa é responsável pela poluição do Rio Mucuri, com a extinção de várias espécies de peixes e as fazendas às margens da fábrica estão com seus riachos poluídos, causando a morte de muitos animais.</p>	<p>- O Imaflora também reconhece os limites do sistema de certificação. A certificação florestal CERFLOR promove boa gestão florestal conforme definido pelas normas e políticas de certificação, mas não é suficiente para resolver todos os problemas socioambientais de uma empresa ou da região onde a empresa opera. Atores locais ou partes interessadas não devem ter a expectativa de que uma empresa certificada não tem – ou nunca teve – problemas socioambientais. Especificamente, para este caso de poluição da fábrica no Rio Mucuri não está intimamente ligado ao impacto das operações florestais relevantes (preparo do solo, colheita, aplicação de agrotóxicos, entre outros) sobre este recurso hídrico. Sendo este tema considerado fora do escopo da certificação.</p>
<b>Princípio 5</b>	<p>- Grande expectativa das comunidades quilombolas do norte do Espírito Santo a respeito da titulação de terras pelo INCRA (comunidades São Domingos, Coxi, Angelim e Linharinho). No entanto, o processo se encontra estagnado há dois meses, gerando forte tensão. As áreas requeridas</p>	<p>- Os processos de titulação de terras quilombolas são de responsabilidade do INCRA, sendo que a empresa aguarda a decisão e os respectivos encaminhamentos por parte do órgão público. A empresa monitora o andamento destes processos de titulação e estabelece projetos sociais em parceria com algumas destas</p>



	<p>em questão encontram-se possivelmente em sobreposição com as áreas da empresa. A empresa não é protagonista no processo e poderia procurar o órgão público responsável para estabelecer um diálogo.</p> <p>- Pulverização aérea de áreas com plantios de eucalipto com produtos químicos proibidos.</p> <p>- As associações que organizam trabalhadores para o aproveitamento de resíduos de madeira (pontas e galhos) ainda encontram dificuldade para obter a nota fiscal de destino da madeira. Também encontram dificuldade para compor o preço final diante da alta taxa de impostos do estado da Bahia. Existem situações em que o presidente da associação age como “dono” da entidade. Em alguns casos, ocorre a alocação inadequada das leiras de resíduos nas estradas, atrapalhando o tráfego nas comunidades.</p>	<p>comunidades. Porém, em análise documental foi identificadas que no monitoramento realizado pela empresa dos processos de titulação, as informações se apresentam desatualizadas com relação ao website da Fundação Palmares (OBS #01/15). Além disso, foram identificadas algumas falhas no processo de diálogo com as partes interessadas, em específico, com órgãos públicos (OBS #05/15).</p> <p>- Foi evidenciado em campo e na análise documental que a empresa realiza campanhas informativas e distribui panfletos explicativos sobre o tema num raio de 6 km a partir da pista de pouso do avião, bem como em reuniões com lideranças comunitárias e nas escolas dentro deste raio. As atividades de pulverização por avião foram finalizadas em agosto de 2014. Porém, foram identificadas algumas falhas no processo de diálogo com partes interessadas (entre elas a falta de entendimento da população e órgãos públicos sobre os produtos pulverizados por avião), aplicando-se a OBS #05/15.</p> <p>- A empresa possui contrato com as associações de aproveitamento de resíduos de madeira e monitora a atividade realizada em suas áreas, inclusive realizando reuniões sistemáticas com as associações, sendo o tema do posicionamento das leiras incluído na pauta da próxima reunião. Não foi verificada não conformidade nesse tema. As outras questões apresentadas encontram-se fora do escopo de certificação.</p>
--	--	--

	<p>- Existência de casos de doenças ocupacionais, com suspeita de excesso de jornada de trabalho e de trabalho durante os períodos de folga de funcionários da colheita (operadores de <i>harvester</i> e carregadores florestais). Há um grande número de funcionários afastados por doenças ocupacionais na operação de colheita mecanizada com <i>harvester</i> e <i>forwarder</i>.</p> <p>- Questionamento sobre a forma que a empresa trata a questão de assistência aos funcionários afastados por doenças ocupacionais.</p>	<p>- Foram verificados todos os casos de afastamento por doenças ocupacionais, não tendo sido evidenciada não conformidade relativa ao tema. A empresa adota cadeiras moldáveis nas máquinas da colheita e oferece ginástica laboral semanal aos trabalhadores. Foram realizadas entrevistas em campo com trabalhadores em diferentes frentes de trabalho e analisados documentos referentes à jornada de trabalho e encargos trabalhistas (cartão de ponto e holerite) não tendo sido evidenciadas não conformidades relativas aos temas. Foi evidenciado que o laudo ergonômico apresentado pela empresa aponta situação de risco ergonômico em áreas de tocos na operação de colheita mecanizada com <i>harvester</i> e <i>forwarder</i>, aplicando-se a OBS#02/15, visando à definição de medidas de prevenção de riscos. Também foi verificado que o pagamento destes trabalhadores é formado em grande parte pelo prêmio de produção o que pode estimular a realização de esforço excessivo visando alcançar a produção e, conseqüentemente, um salário melhor.</p> <p>- Foi evidenciado durante a auditoria que os trabalhadores possuem plano de saúde e quando um especialista emite atestado de doença ocupacional o caso é encaminhado ao INSS. No caso de afastamento por acidente de trabalho a empresa realiza acompanhamento dos trabalhadores e disponibiliza recursos (carro, combustível, motorista, etc) para viabilizar o tratamento até que seja emitido o ASO de retorno. Quando a empresa verifica que a ocorrência é recorrente convoca o trabalhador para averiguação e pode encaminhá-lo para uma atividade temporária enquanto</p>
--	--	---

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os projetos sociais desenvolvidos pela empresa são “soltos” e não produzem resultados.</li> <li>- Os projetos de agricultura desenvolvidos pela empresa junto à algumas famílias não possuem uma infraestrutura adequada e não estão dando resultados.</li> <li>- Existem bolsões de miséria na região do Extremo Sul da Bahia convivendo com a grande geração de lucro pelas empresas de eucalipto.</li> <li>- A empresa deveria dar maior atenção às comunidades de sua área do entorno. Deveria realizar projetos de formação para os jovens rurais.</li> <li>- Existência da preocupação com os projetos sociais agrícolas com deficiência de efetivação e falhas na gestão, principalmente com relação à perspectivas de comercialização dos produtos. Esta situação está gerando preocupação da atividade de carvão voltar à região. A sensação é a mesma que havia no pré-carvão anos atrás.</li> <li>- Houve redução da equipe social com prejuízo para comunicação com partes interessadas e atendimento aos projetos sociais.</li> <li>- A empresa não realiza projetos</li> </ul>	<p>realiza tratamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi evidenciado durante a auditoria, através das visitas de campo e na análise documental que a região passou por importantes mudanças, sobretudo com o fim da atividade carvoeira. No entanto, essa condição demanda uma nova avaliação de impactos regionais proporcional à escala e à intensidade das operações, aplicando-se o NCR #02/15.</li> </ul> <p>A falta de uma avaliação atualizada dos impactos regionais não garante que as medidas de minimização e mitigação de impactos sejam proporcionais à escala e intensidade das operações, aplicando-se o NCR #03/15. Decorrente das duas questões acima citadas, a empresa não definiu indicadores e metas claros para as medidas mitigadoras de impactos regionais que permitam verificar nas atuais condições socioeconômicas regionais os resultados esperados, aplicando-se o NCR #03/15. O surgimento de alguns pontos de tensão que apontam para a volta de uma situação que se assemelha à encontrada antes da instalação de indústria criminosa do carvão que culminou na Operação Cruzeiro do Sul foi tema debatido com a empresa e deverá ser acompanhado nas próximas auditorias.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Foi evidenciado que a redução da equipe não comprometeu o orçamento da área de sustentabilidade para os projetos sociais. No que toca à comunicação com partes interessadas foram verificadas algumas falhas, aplicando-se a OBS #05/15.</li> <li>- Foram verificadas as demandas das comunidades recebidas pela empresa</li> </ul>
--	---	---

	<p>sociais junto à comunidade e não efetua doações, mesmo a comunidade já tendo encaminhado pedidos oficialmente.</p> <p>- A Prefeitura Municipal de Mucuri paga os funcionários do Projeto Golfinho.</p> <p>- Está ocorrendo o fornecimento de pesticidas para os projetos sociais sem orientação para uso, manejo, descarte e riscos.</p> <p>- Agricultura em Alcobaça está sofrendo com o eucalipto, 60% da população é rural.</p>	<p>com pedidos de doação e o devido encaminhamento dado a cada um conforme regras corporativas estabelecidas. Não foi identificada não conformidade relativa ao tema. No entanto, foram identificadas algumas falhas no processo de diálogo com partes interessadas (entre elas algumas comunidades), aplicando-se a OBS #05/15.</p> <p>- Foi evidenciado na análise documental que o projeto social desenvolvido pela Associação Comunitária Golfinho, com aulas de música e capoeira para crianças e jovens e confecção e venda de artesanatos junto ao público adulto, é subsidiado pela empresa. No entanto, existe um Centro Educacional como parceria público-privada que faz parte da rede escolar municipal de Mucuri, tendo sido construído em área doada pela empresa e cujos funcionários são pagos pela Prefeitura Municipal. Não foi verificada não conformidade relativa ao tema.</p> <p>- Foi evidenciado durante a auditoria que em alguns casos a empresa forneceu pesticidas para pessoas que participam de projetos sociais de agricultura e que houve falha de comunicação para orientação de uso, manejo, descarte e riscos desses produtos, aplicando-se a OBS #05/15.</p> <p>- Há um acordo no Fórum Florestal, com o qual a empresa está comprometida, de não aumentar os plantios de eucalipto no município de Alcobaça. Para tanto, desenvolve projetos de agricultura em comunidades do município, entre as quais está Igrejinha, Pau da Garrafa, Rancho Queimado, visando dar apoio aos agricultores familiares através de</p>
--	---	--

	<p>- As reuniões públicas (ou seja, interpretada como audiência pública) são realizadas pela certificadora se forma obscura, na “calada”, sem divulgação e aviso à população e diversas entidades que deveriam ser ouvidas.</p>	<p>Projetos Mandala e Apicultura.</p> <p>- O processo de consulta às partes interessadas visa fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências da avaliação. A divulgação da consulta pública objetivou informa a população sobre a presença dos auditores da certificadora na região de Mucuri (BA), considerando a localização da área de manejo e o acesso aos veículos de comunicação da região. Todo o processo de consulta foi realizado em diversas etapas, conforme descrito na seção 2.6 deste relatório. De forma complementar, a todo o processo de divulgação, foram realizadas duas reuniões públicas - no dia 05 de novembro de 2014, às 19h00 (simultaneamente) na Rua Oscar Teixeira de Siqueira, 323, Cidade Nova - Mucuri - Bahia (em frente à Câmara Municipal) e Faculdade Pitágoras localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 3000 - BR 101 KM 879,4 - Teixeira de Freitas - Bahia. As reuniões foram abertas à sociedade para que todos (as) interessados (as) pudessem fornecer seus comentários sobre o processo de manejo e certificação florestal nas áreas da Suzano Papel e Celulose S/A - Unidade Mucuri. A divulgação das reuniões públicas foi realizada através de anúncios nos principais meios de comunicação (conforme apresentado na seção 2.6), incluindo jornais, rádios locais e carros de som em algumas regiões. Durante as reuniões públicas a certificadora forneceu informações sobre o processo de re-certificação CERFLOR (o que é; como funciona; como é realizada a avaliação; o escopo da avaliação e outros temas). Em seguida, foram registrados todos os comentários recebidos, manifestações contrárias à</p>
--	---	--

	<p>- Há falta de pró-atividade da empresa para estabelecer diálogo com órgãos públicos e unidades de conservação. Em oito anos de gestão municipal houve apenas um contato da empresa com a Prefeitura um pouco antes da data da auditoria.</p> <p>- A empresa tem fraca participação nos fóruns de meio ambiente para conservação e conectividade de fragmentos de florestas nativas da mata atlântica (iniciativas e projetos como os Corredores e os Mosaicos de UCs).</p> <p>- Há incômodo de barulho das carretas de madeira passando de madrugada nas comunidades que se situam ao longo das vias de transporte de madeira.</p>	<p>re-certificação CERFLOR do empreendimento e críticas ao trabalho do órgão certificador.</p> <p>- Foi verificado que a empresa possui diferentes mecanismos de comunicação através de contatos regulares de agentes junto às comunidades, reuniões com órgãos públicos nos níveis municipais, estadual e com diferentes entidades, entre outros mecanismos de comunicação como canal telefônico.</p> <p>Há um sistema de gestão que recebe e responde às demandas registradas. Apesar dessas ações, foram identificadas algumas falhas no processo de diálogo com partes interessadas (inclusive órgãos públicos), aplicando-se a OBS #05/15.</p> <p>- Foi verificado na análise documental que o EMF tratou a maioria dos impactos e demandas associados diretamente às operações e que gerou ações corretivas nos casos em que as ações de mitigação não foram realizadas conforme acordadas com a comunidade. Não foi verificada não conformidade relativa a este tema, porém foram identificadas algumas falhas no processo de diálogo com partes interessadas, aplicando-se a OBS #05/15.</p>
--	---	--

### 6.3. Descrição das não conformidades Encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada durante a avaliação, entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não-conformidades menores de um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.

- **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não-usual, temporária ou não-sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicável, estabelecida durante avaliações anteriores. Para cada NCR solicitada são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

<b>Categorias de situação</b>	<b>Explicação</b>
Encerrada	A operação cumpriu satisfatoriamente a NCR.
Aberta	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> a NCR.

<b>NCR #</b>	01/15	<b>Classificação da NC</b>	Maior	Menor <b>X</b>
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais			
Seção do Relatório	Anexo III			
<b>Descrição da não conformidade e evidências relacionadas</b>				
4.2. d) <i>Evidência de que a malha viária e aceiros são mantidos em condições que não favoreçam a erosão.</i>				
O EMF não instalou estruturas de conservação em algumas estradas suficientes para prevenir e controlar os processos erosivos.				
Durante visita de campo foram observados processos de erosão em uma regional do EMF, decorrência de falta de estruturas de conservação de estradas, como bueiros, saídas de água, caixas de contenção, principalmente em estradas com manutenção recente para a colheita florestal.				
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.  Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.			
<b>Prazo para a adequação</b>	Até o próximo monitoramento.			
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE			
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE			
<b>Situação do NCR</b>	ABERTA			
Comentários (opcional)	N/A.			

<b>NCR #</b>	02/15	<b>Classificação da NC</b>	Maior	Menor <b>X</b>
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais			

Seção do Relatório	Anexo III
<b>Descrição da não conformidade e evidências relacionadas</b>	
<p>5.1. a) <i>Evidência da identificação dos aspectos sociais e econômicos sobre os quais se possa ter influência e os impactos decorrentes.</i></p> <p>O EMF não possui uma avaliação de impactos socioeconômicos recente, identificando os impactos associados às atividades do manejo florestal.</p> <p>A região onde o EMF está inserido passou por mudanças expressivas nos últimos anos, especialmente em decorrência da Operação Cruzeiro do Sul (implantada por agentes públicos com o apoio do EMF e de outras grandes empresas de celulose), a qual desmontou uma indústria criminosa de carvão vegetal que envolvia muitas comunidades locais, configurando uma nova situação socioeconômica (Matriz de Impactos Socioeconômicos UNF BA - impactos regionais advindos das operações e da presença do EMF na região). Por outro lado o EMF iniciou um processo de primarização das atividades de manejo, o que implica em novas mudanças na economia regional. O cenário que ora se apresenta na região requer uma nova avaliação de impactos, ainda que EMF possua avaliação de impactos socioeconômicos negativos associados às atividades de manejo. Sem uma nova avaliação não é possível verificar a proporcionalidade quanto à escala e intensidade das operações de forma a embasar o dimensionamento de medidas mitigadoras e o estabelecimento de metas e indicadores consistentes para o monitoramento dessas medidas (Relatório Avaliação de Impactos Socioeconômico-Ambientais UNF BA).</p>	
Solicitação de ação corretiva	<p>O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p> <p>Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.</p>
<b>Prazo para a adequação</b>	Até o próximo monitoramento.
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE
<b>Situação do NCR</b>	ABERTA
Comentários (opcional)	N/A.

<b>NCR #</b>	03/15	<b>Classificação da NC</b>	Maior	Menor <b>X</b>
Norma e Requisito		ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais		
Seção do Relatório		Anexo III		
<b>Descrição da não conformidade e evidências relacionadas</b>				
<p>5.1. b) <i>Evidência de ações para evitar, mitigar ou, quando aplicável, compensar impactos sociais e econômicos negativos significativos decorrentes.</i></p> <p>O EMF não implanta integralmente as medidas de prevenção, minimização e mitigação de impactos, definidas junto a partes interessadas.</p>				



Em decorrência da falta de uma avaliação atualizada dos impactos sociais advindos das atividades de manejo florestais na região, que contemple as expressivas mudanças que ocorreram nos últimos anos, especialmente em decorrência da Operação Cruzeiro do Sul, a qual desmontou a indústria de carvão vegetal que envolvia muitas comunidades locais, configurando um novo cenário socioeconômico para as comunidades dependentes da renda do carvão e ainda das mudanças em curso decorrentes do processo de primarização. Diante do novo cenário, a falta de uma avaliação atualizada de impactos socioeconômicos não possibilita avaliar se as medidas de mitigação dimensionadas são proporcionais aos impactos regionais identificados, incluindo os projetos de interesse social que estão em andamento (Matriz de Impactos Socioeconômicos UNF BA - impactos regionais advindos das operações e da presença do EMF na região). O Fórum Florestal definiu como medida de minimização e mitigação de impactos socioeconômicos negativos das operações florestais do EMF (e de outras grandes empresas de celulose da região) o recuo de 300 metros em áreas de plantio junto a comunidades rurais. Porém, o EMF vem descumprindo o acordo em 26% das áreas acordadas (Levantamento de áreas que deveriam ter sido recuadas e de áreas com plantio). Da falta de uma avaliação atualizada dos impactos sociais relacionados ao manejo florestal no novo cenário regional, decorre a impossibilidade de se definir as medidas mitigadoras proporcionais à escala e intensidade das atividades de manejo. Dessa forma não foram definidos indicadores e metas consistentes que permitam verificar os resultados esperados relativos às medidas mitigadoras, incluindo programas de desenvolvimento social em implantação (RISA – Relatório Interno Socioambiental Pré e Pós - impactos diretos advindos das operações).

Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.  Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.
<b>Prazo para a adequação</b>	Até o próximo monitoramento.
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE
<b>Situação do NCR</b>	ABERTA
Comentários (opcional)	N/A.

## 6.4. Observações

**Observações** podem ser identificadas quando questões ou os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade, mas que o auditor considera que pode ser uma não conformidade futura, se ações não forem tomadas pelo EMF. Uma observação pode ser um sinal de aviso para um problema específico, se não tratada, podendo virar uma NCR no futuro (ou uma pré-condição ou condição na recertificação)

<b>OBS # 01/15</b>	<b>Referência ao padrão:</b> ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais - Indicador 1.2. b)
Descrição das evidências encontradas: embora o EMF identifique e mapeie as comunidades tradicionais em sua área de influência, as evidências apresentadas possuem informações desatualizadas com relação ao site da Fundação Palmares.	
<b>Observação:</b> é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

<b>OBS # 02/15</b>	<b>Referência ao padrão:</b> ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais - Indicador 1.3. e)
Descrição das evidências encontradas: embora o EMF tenha apresentado laudo ergonômico que aponta situação de risco ergonômico em áreas de tocos na operação de colheita mecanizada com <i>harvester</i> e <i>forwarder</i> , o mesmo não aponta as medidas de minimização e mitigação destes impactos.	
<b>Observação:</b> é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

<b>OBS # 03/15</b>	<b>Referência ao padrão:</b> ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais - Indicador 3.2. d)
Descrição das evidências encontradas: embora existam diversas medidas de vigilância patrimonial executadas pelo EMF constatou-se um considerável aumento de ações não autorizadas na UMF, com maior incidência no estado do Espírito Santo. Esse fato demonstra que as medidas de proteção existentes em algumas regiões apresentam necessidade de aperfeiçoamento principalmente com relação ao roubo de madeira de espécies nativas em áreas destinadas à conservação.	
<b>Observação:</b> é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

<b>OBS # 04/15</b>	<b>Referência ao padrão:</b> ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais – Indicador 5.1. c)
Descrição das evidências encontradas: embora a previsão de primarização de todas as atividades do manejo florestal até agosto de 2016 (determinada pelo Ministério Público do Trabalho), recomenda-se que sejam tomadas medidas preventivas para minimizar os possíveis impactos negativos decorrentes desse	

movimento.

**Observação:** é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.

**OBS # 05/15**

**Referência ao padrão:** ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais - Indicador 5.2. b)

Descrição das evidências encontradas: embora o EMF possua programas de consulta e canais de diálogo com partes interessadas, foram identificadas em campo falhas no processo de diálogo com comunidades e órgãos de governo.

**Observação:** é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.

## 6.5. Conclusões de auditoria

<b>Exigências de certificação atingidas;</b> Com a aplicação da(s) NCR(s) abaixo NCRs Menores #01, 02 e 03/15.	<input checked="" type="checkbox"/>
<b>Exigências de certificação não atingidas;</b> Conformidade(s) com NCR(s) maior(es) requerida(s)	<input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que seu sistema de manejo está sendo implementado com consistência em todas as áreas florestais cobertas pelo escopo de avaliação.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Comentários: N/A	
Considerando o(s) relatório de não conformidades menores (se aplicável), o EMF demonstrou que seu sistema de manejo está sendo implementado com consistência em todas as áreas florestais cobertas pelo escopo de avaliação.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Comentários: N/A	
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Comentários: <b>Pesquisa com OGMs</b> A Suzano tem investido em pesquisas na área de biotecnologia desde o início dos anos oitenta, com trabalhos de cultura de tecidos. Esta linha de pesquisa teve como principal objetivo o aumento da produtividade florestal e da qualidade da fibra de celulose produzida, visando ganhos de produtividade e custos também na área industrial. As pesquisas envolvendo biotecnologia foram iniciadas em 1982, em instalações de laboratório e produção de mudas.  No início do novo século, ainda com os mesmos objetivos, foram iniciadas as pesquisas envolvendo OGMs, em parceria com a empresa israelense Futuragene, especializada em biotecnologia, seguindo todos os procedimentos de biossegurança aplicáveis, definidos e controlados pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, instância	

governamental colegiada, multidisciplinar, criada através de lei, cuja finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados).

Com a evolução dos trabalhos, foram necessárias obras de expansão e transformação das instalações disponíveis, sempre aprovadas pelos protocolos de biossegurança definidos pela CTNBio. Após uma fase inicial de pesquisas laboratoriais com OGMs, seguiu-se a instalação de dois experimentos de campo, ambos no Estado de São Paulo, um deles já desativado de acordo com os protocolos previstos pela CTNBio, após encerrar seu ciclo de produção de informações e o segundo ainda ativo, em conformidade com o planejamento das pesquisas instaladas.

O empreendimento manteve, ainda, diferentes Certificados de Qualidade em Biossegurança, válidos para propriedades específicas situadas nas unidades de manejo de Suzano, Mucuri, Maranhão e Piauí. Estes certificados constituem um dos primeiros passos obrigatórios para quaisquer atividades relacionadas a OGMs e se aplicam a entidades ou empresas que desenvolvam ou queiram desenvolver atividades e projetos relacionados ao tema. A efetiva implantação de experimentos e/ou manipulação genética dependem de outras aprovações junto à CTNBio. A empresa buscou a emissão destes certificados para áreas estratégicas de uso potencial, garantindo sua disponibilidade em função do trâmite oficial demorado.

Em 2010, a Suzano adquiriu a Futuragene e recentemente, em agosto de 2011, houve a aprovação da CTNBio para requerimento da Futuragene visando a incorporação das instalações e cancelamento do CQB em nome da Suzano. Por consequência, todas as unidades de operação com CQB, antes em nome da Suzano, passam para a responsabilidade da Futuragene. A Suzano deixa, dessa forma, de trabalhar diretamente com OGMs, transferindo as atividades para outra empresa do grupo (a Futuragene).

Todas as instalações, incluindo laboratórios, áreas de produção de mudas e o experimento instalado em campo, se encontram em áreas fora do escopo de certificação, sendo que a Futuragene mantém tais atividades em caráter investigativo e em escala limitada e as atividades e experimentos existentes possuem prazos definidos, compatíveis com os objetivos de pesquisa.

Segundo declaração formal do EMF, todas as diretrizes serão respeitadas com relação às atividades envolvendo OGMs. A certificadora tem conhecimento das instalações, locais e outros detalhes de experimentos com OGMs mantidos pela Futuragene. Tais informações, no entanto, são mantidas em sigilo em razão de aspectos de biossegurança e de políticas de confidencialidade do empreendimento certificado.

Tipo de certificado recomendado:

- Manejo florestal e cadeia de custódia  
 Somente manejo florestal (sem CoC)

## ANEXO I – Escopo do EMF

(OBSERVAÇÃO: formulário a ser preenchido pelo cliente antes da auditoria. As informações devem ser verificadas pela equipe de auditoria).

### Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

**Nome Legal do EMF:** Suzano Papel e Celulose S/A - Unidade Mucuri

### 1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: Individual

**Certificado de grupo:** Lista de Membros do grupo, se aplicável

UMF Nome/Descrição	Área	Tipo de Floresta	Localização Latitude/Longitude <sup>1</sup>
N/A	N/A ha	N/A	N/A

### 2. Informação do EMF

Zona Florestal	Tropical
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	84.689,84 hectares
- Plantação	110.671,02 hectares
Margens de rios e corpos de água	N/D Quilômetros lineares

### 3. Classificação da área florestal

Área total certificada	232.456,42 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado	195.360,86 ha
a. Área de produção florestal	110.671,02 ha
b. Área florestal não produtiva	84.689,84 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	N/D ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	84.689,84 ha
- Remanescentes florestais não produtivos	N/D ha
2. Área não florestal (ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.)	10.961,40 ha

### 4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Corte anual permitido	Safra atual (2014)	Safra projetada para o próximo ano
<i>Eucalyptus grandis</i> , <i>Eucalyptus urophylla</i> x <i>Eucalyptus grandis</i>	Eucalipto	N/D m3	N/D m3	N/D m3
Total		N/D m3	N/D m3	N/D m3

<sup>1</sup> Considerar o ponto central do EMF ou grupo, com um máximo de 5 casas decimais.

Total estimado de produção anual de toras	N/D m3	
Total estimado de produção anual produtos NTFPs certificado:	N/A m3	
(lista de todos os NTFPs certificados por tipo de produção): N/A	N/A m3	
<b>5. Trabalhadores</b>		
Número de trabalhadores incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários:		
Número total de trabalhadores	2.922 Trabalhadores	
- Do total de trabalhadores listados acima:	833 Homens	110 Mulheres
Número de acidentes graves	08	
Número de fatalidades	00	

Descrição das áreas que compõem o escopo florestal:

Fazenda	Propriedade	Município	Área total	Área de produção	Remanescente*	Outras áreas**
Água vermelha	Próprio	Mucuri	1.317,54	767,90	449,99	38,64
Alegria e martinica do norte	Próprio	Mucuri	471,78	167,19	258,78	45,81
Amaralina - mu (antiga amaralina)	Próprio	Mucuri	362,28	184,35	165,05	12,88
Bandeirante	Próprio	Nova Viçosa	475,61	355,93	99,55	20,13
Bloco 01	Próprio	Alcobaça	2.366,56	1.462,55	801,30	102,71
Bloco 02	Próprio	Caravelas	6.105,42	3.339,62	2.547,21	218,59
Bloco 03	Próprio	Alcobaça	136,03	98,95	32,39	4,69
Bloco 04	Próprio	Alcobaça	1.636,41	917,34	625,08	93,99
Bloco 05	Próprio	Caravelas	9.767,81	5.058,53	4.350,86	358,42
Bloco 06	Próprio	Caravelas	254,03	141,07	96,73	16,22
Bloco 07	Próprio	Caravelas	147,57	114,89	25,64	7,04
Bloco 09	Próprio	Caravelas	12.733,70	6.303,13	6.022,93	407,64
Bloco 10 frdsa	Próprio	São Mateus	10.813,50	6.929,19	3.439,57	444,74
Bloco 11	Próprio	Caravelas	8,96	0,00	8,96	0,00
Bloco 11 frdsa	Próprio	São Mateus	382,86	232,51	132,16	18,18
Bloco 13	Próprio	Caravelas	238,90	145,31	80,58	13,00
Bloco 13 acz	Próprio	Mucuri	310,54	183,92	114,82	11,80
Bloco 13 frdsa	Próprio	São Mateus	632,39	265,69	129,35	237,35
Bloco 14	Próprio	Caravelas	125,38	94,46	25,30	5,63
Bloco 14 frdsa	Próprio	São Mateus	2.186,93	1.584,85	468,43	133,65
Bloco 15	Próprio	Caravelas	260,51	194,21	51,49	14,81
Bloco 15 frdsa	Próprio	Conceição da Barra	1.839,26	1.236,10	366,45	236,71
Bloco 16	Próprio	Teixeira de	51,53	11,94	21,86	17,73

		Freitas				
Bloco 16 acz	Próprio	Mucuri	34,26	17,75	14,39	2,11
Bloco 16 frdsa	Próprio	Conceição da Barra	370,93	255,67	86,73	28,53
Bloco 17	Próprio	Caravelas	3.554,05	2.100,54	1.298,42	155,09
Bloco 17 acz	Próprio	Mucuri	181,35	96,26	74,90	10,19
Bloco 17 frdsa	Próprio	Conceição da Barra	200,91	132,98	58,87	9,07
Bloco 18 frdsa	Próprio	São Mateus	126,26	83,14	35,84	7,29
Bloco 19	Próprio	Teixeira de Freitas	267,76	147,69	105,62	14,45
Bloco 19 frdsa	Próprio	São Mateus	262,02	156,09	88,50	17,43
Bloco 20	Próprio	Teixeira de Freitas	703,80	448,72	213,10	41,98
Bloco 20 frdsa	Próprio	São Mateus	615,30	413,76	159,14	42,40
Bloco 21	Próprio	Caravelas	1.138,45	699,21	386,83	52,41
Bloco 21 frdsa	Próprio	São Mateus	57,38	0,00	54,86	2,52
Bloco 22	Próprio	Caravelas	1.053,49	709,16	300,22	44,11
Bloco 22 frdsa	Próprio	São Mateus	297,65	242,48	40,24	14,93
Bloco 23	Próprio	Caravelas	341,74	243,47	83,93	14,34
Bloco 23 frdsa	Próprio	São Mateus	15,05	0,00	14,55	0,50
Bloco 24	Próprio	Caravelas	427,42	281,99	131,35	14,08
Bloco 24 frdsa	Próprio	São Mateus	323,21	246,97	58,92	17,32
Bloco 25	Próprio	Caravelas	3.115,81	1.816,20	1.166,58	133,03
Bloco 25 frdsa	Próprio	São Mateus	15,11	0,00	15,10	0,01
Bloco 26	Próprio	Caravelas	480,48	183,08	274,34	23,06
Bloco 26 frdsa	Próprio	São Mateus	153,40	106,42	36,58	10,40
Bloco 27	Próprio	Nova Viçosa	862,08	440,66	374,76	46,66
Bloco 27 frdsa	Próprio	São Mateus	61,31	0,00	59,02	2,29
Bloco 28	Próprio	Nova Viçosa	102,49	67,95	28,45	6,09
Bloco 28 frdsa	Próprio	São Mateus	1.379,66	951,64	293,71	134,31
Bloco 29	Próprio	Nova Viçosa	101,65	69,38	26,77	5,50
Bloco 32	Próprio	Nova Viçosa	2.725,00	1.598,30	1.012,58	114,12
Bloco 34	Próprio	Nova Viçosa	7.447,87	4.562,26	2.563,26	322,35

Bloco 35	Próprio	Nova Viçosa	2.524,41	1.686,47	653,89	184,05
Bloco 37	Próprio	Nova Viçosa	3.771,56	2.337,50	1.225,90	208,16
Bloco 38	Próprio	Nova Viçosa	1.483,67	926,27	477,64	79,76
Bloco 39	Próprio	Nova Viçosa	2.087,00	1.293,51	640,06	153,43
Bloco 39 cb	Próprio	Conceição da Barra	1.472,15	804,92	627,75	39,48
Bloco 40 cb	Próprio	Conceição da Barra	292,99	179,83	102,24	10,92
Bloco 40 nv	Próprio	Nova Viçosa	341,07	195,04	132,07	13,96
Bloco 41 ca	Próprio	Ibirapuã	155,66	25,45	127,78	2,43
Bloco 41 cb	Próprio	Conceição da Barra	1.095,45	744,70	314,85	35,90
Bloco 42 cb	Próprio	Conceição da Barra	1.835,67	1.053,85	709,56	72,26
Bloco 42 mu	Próprio	Mucuri	524,71	307,18	197,33	20,21
Bloco 43 cb	Próprio	Conceição da Barra	1.029,04	563,08	430,47	35,48
Bloco 43 mu	Próprio	Mucuri	1.837,73	1.301,45	443,65	92,63
Bloco 44 cb	Próprio	Conceição da Barra	2.418,83	1.472,43	841,07	105,33
Bloco 44 mu	Próprio	Mucuri	4.737,20	3.207,66	1.332,55	196,99
Bloco 46 al	Próprio	Alcobaça	958,36	408,19	517,90	32,26
Bloco 46 pc	Próprio	Pedro Canário	796,68	438,02	326,38	32,27
Bloco 47	Próprio	Mucuri	1.613,82	912,78	626,08	74,96
Bloco 48	Próprio	Alcobaça	1.280,54	738,64	493,90	48,00
Bloco 49 al	Próprio	Alcobaça	512,11	296,36	193,00	22,75
Bloco 49 mu	Próprio	Mucuri	1.542,16	1.016,30	459,45	66,41
Bloco 50 al	Próprio	Alcobaça	297,98	99,09	183,03	15,85
Bloco 51 al	Próprio	Alcobaça	2.086,96	1.019,18	995,16	72,62
Bloco 51 mu	Próprio	Mucuri	6.639,12	4.338,66	1.991,89	308,57
Bloco 52 al	Próprio	Alcobaça	1.587,85	965,75	565,65	56,45
Bloco 52 mu	Próprio	Mucuri	14,30	4,67	6,01	3,61
Bloco 54	Próprio	Mucuri	554,44	375,44	156,21	22,79
Bloco 55 al	Próprio	Alcobaça	46,69	0,00	41,79	4,91
Bloco 55 mu	Próprio	Mucuri	143,06	108,17	30,26	4,63
Bloco 56 (unificado com rio do sul)	Próprio	Mucuri	6.296,98	4.007,96	2.040,81	248,21
Bloco 57	Próprio	Mucuri	1.280,64	617,33	601,33	61,99
Bloco g-10	Próprio	São Mateus	207,74	121,27	77,60	8,87
Bloco g-11	Próprio	Conceição	225,89	135,18	83,81	6,90



		da Barra				
Bloco g-12	Próprio	Conceição da Barra	310,25	182,38	109,23	18,64
Bloco g-2	Próprio	Conceição da Barra	507,31	306,16	178,99	22,17
Bloco g-3	Próprio	Conceição da Barra	515,33	215,64	286,77	12,92
Bloco g-7	Próprio	Conceição da Barra	564,74	286,00	263,07	15,67
Bloco g-8	Próprio	Conceição da Barra	1.033,99	573,18	412,58	48,22
Bloco g-9	Próprio	Conceição da Barra	220,14	166,72	43,89	9,52
Boa esperança - spc	Próprio	Caravelas	394,64	293,45	84,80	16,39
Boa nova	Comodato	Medeiros Neto	392,53	204,93	167,86	19,74
Boa vista	Comodato	Carlos Chagas	239,10	116,81	113,73	8,56
Bom jesus	Próprio	Carlos Chagas	2.446,60	944,67	1.388,46	113,47
Bom sossego	Próprio	Caravelas	490,08	235,80	238,80	15,48
Brasília (parte)	Próprio	Carlos Chagas	7.630,70	2.795,54	4.552,95	282,21
Campos verdes	Próprio	Caravelas	335,36	213,93	103,91	17,52
Ceu azul	Próprio	Teixeira de Freitas	975,96	595,60	312,02	68,34
Cinturao verde	Próprio	Mucuri	397,34	234,78	132,29	30,27
Conjunto bela vista	Próprio	Mucuri	290,50	181,93	93,36	15,20
Conjunto canada	Próprio	Nova Viçosa	2.487,49	1.694,10	699,96	93,43
Conjunto monte belo	Próprio	Caravelas	3.998,09	2.925,29	934,87	137,93
Conjunto paredes	Próprio	Mucuri	682,02	211,59	448,73	21,70
Conquista baiana	Comodato	Medeiros Neto	56,50	18,24	35,06	3,20
Corrego campo grande (sta helena i)	Próprio	Conceição da Barra	82,47	53,21	25,74	3,52
Corrego do macaco	Próprio	Conceição da Barra	1.607,51	1.229,33	311,67	66,51
Corrego do meio	Próprio	Mucuri	203,29	162,28	36,39	4,63
Corrego grande	Próprio	Conceição da Barra	2.094,95	1.576,90	442,54	75,51
Corrego jundiá	Próprio	Pinheiros	749,76	501,55	204,82	43,40
Cri cri - leonel	Arrendamento	Lajedão	541,68	281,67	225,62	34,39
Didiquesa	Próprio	Mucuri	2.699,02	1.801,30	816,08	81,64
Dois irmaos	Comodato	Nanuque	65,61	42,14	21,23	2,24
Duas barras	Próprio	Nova Viçosa	377,81	271,46	91,26	15,10
Estancia corcovado	Próprio	Nova Viçosa	2.121,32	1.334,59	667,72	119,01

Fabrica celulose	Próprio	Nova Viçosa	9.462,59	5.477,15	3.003,51	981,93
Fazendinha	Próprio	Carlos Chagas	456,33	299,86	117,20	39,27
Felicidade da família	Próprio	Ibirapuã	154,28	73,56	69,71	11,01
Gameleira e panela	Próprio	Mucuri	1.430,11	957,91	425,67	46,53
Garrafa e formiga	Próprio	Mucuri	585,70	443,83	111,37	30,51
Gruta linda	Próprio	Caravelas	99,85	69,56	25,19	5,10
Guanamby	Comodato	Medeiros Neto	607,68	370,31	204,73	32,64
Imperial	Próprio	Nanuque	1.030,78	468,36	502,19	60,24
Itapua (parte)	Próprio	Nanuque	153,08	84,93	58,27	9,88
Joia do mucuri	Próprio	Mucuri	303,91	0,00	293,77	10,14
Lajedinho	Próprio	Lajedão	448,38	295,97	133,27	19,15
Laranjeira	Próprio	Caravelas	178,44	132,81	40,84	4,79
Liberdade	Próprio	Nova Viçosa	101,35	61,82	31,67	7,87
Londrina	Próprio	Pedro Canário	231,63	165,80	54,99	10,84
Marleuza	Próprio	Caravelas	320,21	177,69	130,40	12,12
Martinica	Próprio	Mucuri	1.278,23	563,91	648,45	65,87
Modelo	Próprio	Caravelas	292,53	167,16	114,56	10,82
Monte das oliveiras	Próprio	Caravelas	512,90	351,47	139,73	21,70
Monte libano	Comodato	Carlos Chagas	791,48	302,14	467,77	21,57
Mucuripe	Comodato	Nanuque	90,41	52,84	34,78	2,79
Nova holanda	Próprio	Nanuque	212,00	90,69	114,33	6,98
Nova lima	Comodato	Umburatiba	401,38	193,39	188,59	19,40
Pampam	Próprio	Umburatiba	2.481,40	1.311,45	1.052,39	117,56
Paraiso	Próprio	Mucuri	107,73	67,37	31,96	8,39
Paris	Próprio	Ibirapuã	2.423,51	1.422,81	924,51	76,19
Pedra azul i	Arrendamento	Nova Viçosa	965,03	629,86	289,77	45,39
Pedra azul ii	Arrendamento	Ibirapuã	667,69	426,38	222,00	19,31
Pedra azul iii	Arrendamento	Nova Viçosa	207,35	132,51	57,80	17,03
Pedra azul iv	Arrendamento	Caravelas	1.063,56	729,13	297,62	36,81
Pioneira	Próprio	Nova Viçosa	289,78	164,75	93,50	31,53
Pouso alegre	Próprio	Mucuri	559,61	380,16	152,87	26,58
Providência	Próprio	Mucuri	155,24	103,34	37,29	14,61
Reserva	Próprio	Nanuque	705,13	372,61	310,01	22,49
Riacho doce	Próprio	Mucuri	957,89	697,25	207,20	53,43

Riacho fundo	Próprio	Ibirapuã	191,39	120,05	64,75	6,59
Rio preto	Próprio	Conceição da Barra	773,42	351,26	407,93	14,22
Sabiá	Próprio	Mucuri	140,09	122,41	13,87	3,81
Santa helena i	Próprio	Conceição da Barra	4.968,81	2.768,62	2.037,42	162,77
Santa helena ii	Próprio	Conceição da Barra	156,45	99,94	51,53	4,98
Santa maria - pain	Comodato	Carlos Chagas	654,20	310,37	304,41	39,42
Santa rita	Próprio	Caravelas	2.658,01	1.705,27	834,92	117,82
Santo antônio - ca	Próprio	Caravelas	107,72	61,99	40,43	5,30
Santo antônio - cb	Próprio	Conceição da Barra	294,74	173,95	104,17	16,61
Santo antônio - na	Comodato	Nanuque	89,73	58,81	27,53	3,40
Sao judas tadeu	Próprio	Lajedão	422,72	306,24	94,60	21,87
Sapucaeira	Próprio	Mucuri	1.617,91	578,25	993,17	46,49
Sitio novo	Comodato	Medeiros Neto	193,89	95,02	86,58	12,28
Sumaré	Próprio	Carlos Chagas	431,54	105,16	311,54	14,84
Taruman	Próprio	Nanuque	382,61	313,20	42,91	26,50
Vereda bonita	Próprio	Caravelas	3.670,03	2.399,68	1.127,70	142,65
Vista alegre ca	Próprio	Caravelas	766,22	421,36	312,62	32,24
Vista alegre cc	Próprio	Carlos Chagas	246,63	135,94	96,48	14,21
Vista alegre ii	Comodato	Carlos Chagas	1.273,62	677,93	536,02	59,67
Vista alegre mu	Próprio	Mucuri	83,26	50,25	27,67	5,34
Calumbis	Arrendamento	Sen modestino gonçalves	1.458,84	824,15	586,92	47,77
Bela vista	Próprio	Teixeira de Freitas	185,99	116,20	60,53	9,27
Boa esperança	Arrendamento	Lajedão	268,39	181,02	78,92	8,46
Brasília (parte)	Próprio	Nanuque	526,50	218,38	286,00	22,12
Cajubi vitória	Arrendamento	Nanuque	140,16	130,97	0,00	9,18
Campo verde	Arrendamento	Nanuque	42,80	21,47	19,04	2,29
Conjunto campo verde	Arrendamento	Nanuque	248,02	115,38	112,58	20,06
Duquesa	Próprio	Medeiros Neto	331,18	157,24	157,12	16,82
Estância bom jesus	Próprio	Teixeira de Freitas	346,33	155,41	172,50	18,43
Estância são gabriel	Arrendamento	Nanuque	346,48	324,30	0,00	22,18
Girassol	Arrendamento	Nanuque	838,65	456,88	319,35	62,42
Horto contra erva	Arrendamento	Alcobaça	419,62	315,31	86,31	18,00
Horto palhal	Arrendamento	Alcobaça	8.308,09	5.450,25	2.516,09	341,75

Horto sombra da tarde	Arrendamento	Alcobaça	1.314,67	818,40	445,69	50,58
Ibirapuera	Arrendamento	Nanuque	233,69	92,46	125,46	15,77
Novo Iar	Arrendamento	Mucurici	359,11	188,19	139,12	31,80
São Sebastião e mangabeira (parte da antiga são sebastião com mangabeira)	Arrendamento	Mucurici	282,04	134,36	133,33	14,35
Tesouro	Arrendamento	Nanuque	243,10	125,39	94,16	23,55
Tio Patinhas	Arrendamento	Carlos chagas	133,23	91,29	33,68	8,26
Três Irmãos	Arrendamento	Serra dos Aimorés	196,54	178,37	0,00	18,18
Três Rios	Arrendamento	Caravelas	3.387,07	2.087,95	1.186,10	113,02
<b>Área total do escopo</b>			<b>232.456,42</b>	<b>110.671,02</b>	<b>84.689,84</b>	<b>10.961,40</b>

\*Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida ou áreas de reversão de plantios comerciais degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras em processo de recuperação.

\*\*Infraestrutura e hidrografia.

**ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas (CONFIDENCIAL)**  
**Lista de funcionários consultados do EMF**

### ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal usado para a auditoria, conforme exigência da ABNT NBR 14789:2012.

P & C	Conformidade: Sim, Não	Descrição do Atendimento dos requisitos da Norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados)	NCR/OBS (#)
<b>Princípio 1: Cumprimento da Legislação</b>			
1.1			
a)	Sim	O EMF possui sistema digital de atualização de toda a legislação federal e estadual pertinente à atividade. As atualizações de legislações municipais são realizadas anualmente por meio de um levantamento realizado junto às prefeituras dos municípios nos quais o EMF possui atuação. Além de contar com o apoio do seu setor jurídico para análise de aplicabilidade e atendimento legal temas específicos são analisados e atualizados pelos departamentos responsáveis de forma específica.	N/A
b)	Sim	Nas visitas de campo, entrevistas e análise documental, foi evidenciado que o EMF cumpre com a legislação aplicada ao manejo florestal, tanto para quesitos ambientais quanto para os fundiários e tributários.  O EMF também apresentou resumos e andamentos das ações cíveis e trabalhistas existentes no momento da auditoria, evidenciando que o andamento e os trâmites estão ocorrendo conforme procedimentos legais.	N/A
1.2			
a)	Sim	Embora existam reivindicações de terras de duas comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo, o processo de demarcação corre na justiça e até a data da avaliação não havia parecer jurídico final. O EMF demonstrou por meio de documentos que é detentor da posse prolongada, mansa e pacífica dessas áreas até o momento da avaliação. Desta forma não foram evidenciados casos de manejo florestal em áreas pertencentes a comunidades tradicionais, fato pelo qual o indicador é considerado não aplicável.	N/A
b)	Sim	Embora o EMF identifique e mapeie as comunidades tradicionais em sua área de influência, as evidências apresentadas possuem informações desatualizadas com relação ao site da Fundação Palmares (OBS #01/15)	OBS #01/15
c)	Sim	O EMF mantém arquivado em pastas próprias a prova da titularidade registral comprovando e evidenciando o título	N/A

		<p>de proprietário de suas áreas. Por amostragem foram analisadas as matrículas imobiliárias de número 574 de 27 de outubro de 2005 (Imóvel Bloco 52 AL) do CRI de Alcobaça na Bahia, bem como o imóvel Bloco 52 da matrícula de número 581, de 30 de novembro de 2005. Foram também apresentadas as matrículas referentes à Fazenda “Monte Belo”, ou seja, as matrículas de números 3.989, 4298, 4010, 4013, 4014 e 15.909 do CRI de Caravelas, a de número 526 do CRI de Ibirapuã e a de número 932 do CRI de Medeiros Neto. Nas matrículas constam as averbações das áreas de reservas legais, bem como foram apresentadas as comprovações de quitação dos tributos incidentes. Considerando-se áreas próprias, arrendadas e de comodatos, constatou-se um total de áreas com título de posse de 6.521,17 ha em um total de 260.147,00 ha, ou seja, 2,51% da área total do empreendimento.</p> <p>Com relação a essas áreas de posse foram avaliadas também por amostragem escrituras públicas de cessão de direitos possessórios e benfeitorias da Fazenda Platina e da Fazenda Duquesa evidenciando a data do início da posse mansa e pacífica de suas áreas. Nessas áreas encontramos averbação de reserva legal quer através da escrituração via cartório ou CAR eletrônica, bem como os respectivos ADA (Ato Declaratório Ambiental).</p>	
d)	Sim	<p>O EMF estabeleceu diálogo junto a lideranças de movimento de luta pela terra para a disponibilização de terras para a reforma agrária. Foi acordado um número de famílias a serem assentadas que deve ser consolidado pelo INCRA. As áreas a serem desapropriadas já foram identificadas em acordo com o movimento, de maneira a assentar 432 famílias numa primeira etapa, e o avanço do cronograma depende, neste momento, de ações de responsabilidade do INCRA. O andamento deste processo é acompanhado constantemente pela certificadora.</p>	N/A
e)	Sim	<p>Embora existam reivindicações de terras de duas comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo, o processo de demarcação corre na justiça e até a data da avaliação não havia parecer jurídico final. O EMF demonstrou por meio de documentos que é detentor da posse prolongada, mansa e pacífica dessas áreas até o momento da avaliação. Dessa forma não foram</p>	N/A

		evidenciados casos de manejo florestal em áreas pertencentes a comunidades tradicionais, fato pelo qual o indicador é considerado não aplicável.	
1.3.			
a)	Sim	O EMF apresentou diversas certidões negativas de débito Civil e Criminal, FGTS, IBAMA, Receita Federal, SERASA, Ministério da Fazenda e Trabalhista. Na análise da documentação foi considerado que o EMF está em dia com suas obrigações referentes a pagamentos de tributos e outros encargos.	N/A
b)	Sim	O EMF possui levantamento dos principais acordos aplicáveis às atividades de manejo florestal que executa e realiza o acompanhamento do seu atendimento. O levantamento inclui os tratados e convenções internacionais para os quais o Brasil é signatário. O EMF demonstrou conhecimento e respeito aos tratados internacionais aplicáveis ao atendimento das convenções da OIT e aos tratados internacionais aplicáveis ao seu manejo florestal.	N/A
c)	Sim	O EMF apresentou diversas certidões negativas de débito Civil e Criminal, FGTS, IBAMA, Receita Federal, SERASA, Ministério da Fazenda e Trabalhista. Na análise da documentação foi considerado que o EMF está em dia com suas obrigações referentes a pagamentos de tributos e outros encargos.	N/A
d)	Sim	O contrato de trabalho firmado com os prestadores de serviço estabelece que devam ser cumpridos os princípios e critérios do Padrão CERFLOR. Evidenciou-se também que o EMF exige em seus contratos com prestadores de serviço a apresentação da documentação de cumprimento legal mensalmente para prevenção de passivos.	N/A
e)	Sim	O EMF possui e implementa o Programa de Treinamento Operacional Florestal UNF (D.C.06.00489; revisão 1.0). O EMF apresentou PPRA, o PCMSO e laudos ergonômicos próprios e de EPS e realiza auditorias de campo que avaliam sistematicamente todas as empresas no mínimo 2 vezes por ano (quando há necessidade essa incidência aumenta), gerando planos de ação quando são encontradas não conformidades. A equipe de SSOMA monitora as medidas determinadas nos planos de ação por meio de um sistema de gestão de informações (Check list SSOMA e GID). Foi evidenciado que o laudo ergonômico apresentado pela empresa aponta situação de risco ergonômico em áreas de tocos na operação de colheita mecanizada com	OBS #02/15



		<i>harvester</i> e <i>forwarder</i> , aplicando-se a OBS #02/15, visando à definição de medidas de prevenção de riscos.	
<b>Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade</b>			
2.1			
a)	Sim	O EMF possui um procedimento (PPG.00.00068, Determinação de Aspectos e Avaliação de Impactos Ambientais, revisão 01, 01/09/2014) que estabelece os métodos e critérios necessários para a determinação dos aspectos e impactos ambientais, incluindo a sua identificação, análise, classificação, avaliação de significância e gerenciamento da mudança.	N/A
b)	Sim	O EMF desenvolveu um programa de melhoramento genético para seleção e indicação de melhores clones adaptados às condições edafoclimáticas locais. Anualmente entre 6 a 9 materiais genéticos são indicados para realizar as plantações florestais do EMF. Durante as visitas de campo foram observadas que algumas plantações do EMF encontram-se com baixas produtividades, abaixo da média histórica da região e obtida pelo próprio EMF. Este fato também tem sido observado em outros EMFs da região e um fórum de discussão foi criado para entendimento.	N/A
c)	Sim	O sistema de colheita mecanizado utilizado pela empresa permite um bom aproveitamento da madeira, não havendo desperdícios significativos.	N/A
d)	Sim	Foram apresentados os procedimentos de colheita, silvicultura, produção de mudas, construção e manutenção de estradas, manejo do solo, transporte de madeira.	N/A
e)	Sim	Parte do resíduo gerado pela operação de colheita é doada para residueiros que vende este material para consumidores que não produzam carvão. O restante do material permanece no interior dos talhões, servindo como proteção e recomposição de parte dos nutrientes ao solo.	N/A
f)	Sim	O EMF tem o organograma com as funções e responsabilidades dos gestores para cada uma das atividades como colheita, silvicultura, atividades socioambientais descritos em 3.2.3 Modelo Organizacional do plano de manejo do EMF.	N/A
2.2			
a)	Sim	O plano de manejo em sua descrição atende todos os requisitos do critério: a) descrevem os recursos florestais a serem manejadas, as limitações ambientais em diversos itens do plano como as áreas de conservação, remanescentes florestais	N/A

		<p>naturais. Em 5.2.2.3 relata a situação legal das terras e como mantêm em arquivo os registros; descreve as condições socioambientais em 8.2. do plano de manejo; descreve em 4. o perfil das áreas adjacentes.</p> <p>b) as técnicas de manejo aplicadas estão descritas em 5. Recursos Florestais Manejados;</p> <p>c) descreve a utilização de inventário contínuo e média de produtividade de seus plantios, o plano de plantio, reforma ou condução de brotação, volume de madeira próprio, de compra de madeira de terceiros e do fomento a ser consumido até 2021.</p> <p>d) descreve em 6. Gestão Ambiental levantamentos realizados identificando as espécies em raras, em perigo de extinção e as medidas de proteção, descreve também as áreas de alto valor de conservação e medidas de proteção destas áreas.</p> <p>e) mapas detalhados foram apresentados nos microplanejamentos de silvicultura e colheita, bem como os de tipologia florestal, áreas a serem restauradas;</p> <p>g) no item 5.2.2.11. Monitoramento do Crescimento das Florestas descreve o sistema de inventário adotado.</p> <p>h) no item 9.1. Sistema de Monitoramento, Avaliação e Análise Crítica, descreve os monitoramentos, apresenta quadros com metas, resultados e análises críticas dos resultados alcançados.</p> <p>i) foram disponibilizados mapas com identificação e localização das comunidades afetadas pelo manejo florestal do EMF.</p>	
b)	Sim	O plano de manejo é de responsabilidade do Engenheiro Álvaro Byczkovski.	N/A
c)	Sim	O plano de manejo é revisado anualmente conforme descrito em 1.1. Atualização e revisão do plano de manejo, ou quando houver alterações significativas em função de monitoramentos ou controles das operações. Resultados de monitoramentos são apresentados no plano de manejo, descrevendo as metas, os resultados e análise crítica dos resultados.	N/A
d)	Sim	Evidências de que resultados de monitoramentos são incorporados ao plano de manejo foram obtidas em entrevistas com gestores. O plano de manejo apresenta lista de itens alterados em relação ao plano anterior.	N/A
e)	Sim	O EMF apresentou resumo público com as informações exigidas no critério 7.1, conforme se pode verificar na sua leitura. No site do EMF o Resumo Público está disponibilizado. Lista de envio de Resumo Público a partes	N/A

		interessadas foi apresentada como evidência de disponibilização.	
f)	Sim	O EMF apresentou programa de treinamento e lista de alguns cursos de capacitação realizados para funcionários próprios e de empresas prestadoras de serviços florestais. No item 9 Monitoramentos, Avaliações e Análise Crítica do plano de manejo do EMF estão descritos os monitoramentos realizados, resultados e análise dos resultados, entre os quais estão os relacionados a número de acidentes.	N/A
2.3			
a)	Sim	<p>Todo o sistema de formação da floresta é baseado em trabalhos de pesquisa, desde qual profundidade de subsolagem; formulação de adubo e dosagem em função do tipo de solo; herbicidas recomendados e dosagens; espécies/clones a serem plantados, conforme nos foi informado e apresentado em entrevista com gestores do EMF.</p> <p>Um programa de pesquisa relacionado ao declínio clonal e ao secamento de árvores recém-plantadas de um clone específico foi apresentado, demonstrando assim a que o EMF está buscando a solução deste problema.</p>	N/A
b)	Sim	O plano de manejo prevê atualizações anuais ou quando houver alterações significativas de origem técnica ou financeira. No plano de manejo estão listadas as alterações realizadas com relação ao plano anterior.	N/A
c)	Sim	Em análise ao PMF e durante as visitas de campo foi observado que as operações descritas pelo EMF são condizentes com a realidade de campo.	N/A
d)	Sim	Os procedimentos de cada operação de manejo estão disponibilizados nas frentes de trabalho, conforme evidenciado nas visitas de campo das operações de colheita mecanizada, capina manual, adubação mecanizada. Nas entrevistas com funcionários próprios e de terceiros ficou evidente o conhecimento deles de como realizar as tarefas de modo correto.	N/A
e)	Sim	Foi apresentada lista de participação em cursos e treinamentos específicos a trabalhadores próprios e de terceiros arquivados digitalmente. Nas entrevistas no campo com funcionários ficou evidente a participação deles em cursos e treinamentos, e o conhecimento de como executar as operações evitando danos ambientais e acidentes no trabalho.	N/A
f)	Sim	Os equipamentos de colheita – harvesters e forwarders observados em operação de colheita são adequados às	N/A

		condições de solo, clima, topografia e qualidade da floresta e produto. O trator agrícola e equipamento de adubação visto em operação também são adequados à execução desta operação.	
	g) Sim	<p>Em parceria com instituições de pesquisa foram definidas metodologias para restauração florestal: plantio de mudas, técnicas de nucleação e condução da regeneração florestal.</p> <p>O EMF realiza a prática de fertilização com base em estudos da literatura e em projetos desenvolvidos em áreas próprias. Assim, foram desenvolvidas pesquisas para compreensão do nível crítico, curva de resposta e monitoramento nutricional foliar das plantações. Previamente aos plantios são realizadas análises químicas do solo para justificar as fertilizações e dosagens aplicadas.</p>	N/A
2.4			
	a) Sim	O EMF elaborou o documento PPG.06.00009 - Recebimento e movimentação de madeira de eucalipto para o processo de produção de cavaco para definir as portas da floresta: Madeira colhida e Madeira no pátio. Também foram descritos os processos de registro das áreas de produção, sistemas de identificação, carregamento e colheita.	N/A
	b) Sim	O EMF disponibilizou documentos relacionados à venda de produtos certificados.	N/A
	c) Sim	O EMF não realiza a mistura de materiais. A madeira é entregue diretamente na fábrica do EMF ou fica temporariamente em um pátio intermediário. Este pátio recebe materiais certificados e não certificados e foi auditado pela cadeia de custódia industrial.	N/A
	d) Sim	O EMF elaborou o documento PPG.06.00009 - Recebimento e movimentação de madeira de eucalipto para o processo de produção de cavaco para definir as portas da floresta: Madeira colhida e Madeira no pátio. Também foram descritos os processos de registro das áreas de produção, sistemas de identificação, carregamento e colheita.	N/A
	e) Sim	O EMF elaborou o documento PPG.06.00009 - Recebimento e movimentação de madeira de eucalipto para o processo de produção de cavaco para definir as portas da floresta: Madeira colhida e Madeira no pátio. Também foram descritos os processos de registro das áreas de produção, sistemas de identificação,	N/A

		carregamento e colheita.	
<b>Princípio 3: Zelo pela diversidade Biológica</b>			
3.1			
a)	Sim	O EMF vem observando queda na produtividade florestal média desde 2007/2008, que provavelmente pode estar associado a problemas climáticos observados neste período. Um fórum de discussão foi criado com outros EMFs da região e que passam por situações parecidas. O EMF possui um programa de melhoramento o qual indica anualmente novos clones para serem substituídos. Assim, todo ano entre 6 a 9 clones são plantados nas diferentes áreas da empresa, considerando 13 microrregiões climáticas.	N/A
b)	Sim	O EMF desenvolveu um programa de melhoramento genético para seleção e indicação de melhores clones adaptados às condições edafoclimáticas locais. Anualmente entre 6 a 9 materiais genéticos são indicados para realizar as plantações florestais do EMF. Durante as visitas de campo foram observadas que algumas plantações do EMF encontram-se com baixas produtividades, abaixo da média histórica da região e obtida pelo próprio EMF. Este fato também tem sido observado em outros EMFs da região e um fórum de discussão foi criado para entendimento.	N/A
c)	Sim	O EMF desenvolve um programa próprio de melhoramento genético florestal e utiliza principalmente clones das espécies de <i>E. grandis</i> e <i>E. urophylla</i> , ou a partir de seus híbridos. Entretanto, a população base envolve outras espécies de <i>Eucalyptus</i> e seus híbridos: <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. pellita</i> , <i>E. longirostrata</i> e <i>E. platyphyla</i> . Outras espécies como, <i>E. smithii</i> , <i>E. globulus</i> , <i>E. camaldulesis</i> , <i>E. saligna</i> e <i>E. dunnii</i> , que contribuem com genes específicos para características comercialmente importantes (Arquivo_PMF-2013-2014 Mucuri - BA_item_3.2.1.6).	N/A
d)	Sim	O EMF possui pesquisas envolvendo OGMs, em parceria com a empresa israelense Futuragene, especializada em biotecnologia, seguindo todos os procedimentos de biossegurança aplicáveis, definidos e controlados pela CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, instância governamental colegiada, multidisciplinar, criada através de lei, cuja finalidade é prestar apoio técnico consultivo e assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança relativa a OGM, bem como no	N/A

		estabelecimento de normas técnicas de segurança e pareceres técnicos referentes à proteção da saúde humana, dos organismos vivos e do meio ambiente, para atividades que envolvam a construção, experimentação, cultivo, manipulação, transporte, comercialização, consumo, armazenamento, liberação e descarte de OGM e derivados).	
3.2			
a)	Sim	Os plantios de eucalipto são, na maioria das vezes, estabelecidos em áreas já antropizadas, principalmente de pastagens degradadas (de acordo com estudos de conversão apresentados pelo GPLAN – Geoprocessamento).	N/A
b)	Sim	Durante as visitas de campo e em análise aos mapas das plantações florestais foi observado que as disposições dos talhões dos plantios florestais do EMF respeitam as áreas de preservação permanentes (corpos d'água) e as áreas de remanescentes naturais (RLs).  O EMF implantou procedimentos técnicos operacionais para orientar as práticas de formação dos talhões e conservação de estradas, denominado: Manual de conservação do solo e manual de construção de estradas florestais. A área média ocupada por estradas florestais é de 4,5% e o EMF vem diminuindo para 3%. nos processos de reforma florestal.	N/A
c)	Sim	O EMF possui estudos de fauna (avifauna e mastofauna) e flora e consulta a bancos de dados oficiais para conhecimento de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e seus habitats. Por meio dos levantamentos foram identificadas espécies raras, ameaçadas de extinção ou vulneráveis e endêmicas para avifauna, mastofauna, heptofauna e flora (relatórios de monitoramento florístico de 2011 e 2012, SIF; relatórios de monitoramento da avifauna e da mastofauna de 2013 da FUNATURA; relatório de monitoramento da heptofauna de 2011 da SIF).	N/A
d)	Sim	O EMF possui procedimento específico para todas as atividades de ações antrópicas que podem ocorrer em suas áreas, bem como as medidas a serem tomadas caso ocorram (PR 06.00072 - Ações Antrópicas). Foi evidenciada a existência de um sistema permanente de vigilância patrimonial, com inspeções formais periódicas. Em locais com maior incidência de ocorrências são	OBS #03/15

		<p>realizadas vistorias mais frequentes e instaladas placas de sinalização referentes a temas como proibição à caça, pesca, riscos de incêndios e demais cuidados com meio ambiente.</p> <p>Embora existam todas essas medidas, constatou-se um aumento de ações não autorizadas na UMF, com maior incidência no estado do Espírito Santo, o que demonstra que as medidas de proteção existentes não estão sendo suficientes para garantir a integridade da UMF principalmente com relação ao roubo de madeira de espécies nativas em áreas destinadas à conservação (OBS #03/15).</p>	
e)	Sim	<p>O EMF identifica, mapeia sítios de especial significado, cujo acesso é garantido às populações. Não foi evidenciada em campo, nas entrevistas com partes interessadas e nas análises documentais não conformidade relativa a este tema. O EMF contribui para a conservação de sítios de especial significado identificados, cujo acesso é garantido às populações. Não foi evidenciada em campo, nas entrevistas com partes interessadas e nas análises documentais não conformidade relativa a este tema.</p>	N/A
f)	Sim	<p>O EMF possui um mapa da UMF (para cada regional – Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais) identificando sua proximidade com qualquer tipo de unidade de conservação.</p>	N/A
g)	Sim	<p>Em parceria com instituições de pesquisa foram definidas metodologias para restauração florestal: plantio de mudas, técnicas de nucleação e condução da regeneração florestal.</p>	N/A
h)	Sim	<p>Com base nos estudos de conversão apresentados (GPLAN – Geoprocessamento), não há evidência de que o EMF descumpra com a regra CERFLOR sobre conversão. Para os casos de fomento, arrendamento ou aquisição de imóveis rurais para fins de implantação de eucalipto, O EMF realiza projetos de DDT para avaliar as condições físicas, socioambientais e locais atuais do imóvel rural (OSDDT_0814_03, Fazenda Oiterinho, outubro/2014).</p>	N/A
i)	Sim	<p>O EMF realiza avaliações das condições físicas, socioambientais e locais atuais do imóvel rural (OSDDT_0814_03, Fazenda Oiterinho, outubro/2014). Na avaliação são consideradas a conversão de terras agrícolas abandonadas em florestas.</p>	N/A

3.3			
a)	Sim	<p>O EMF realiza monitoramentos de formigas, matocompetição e doenças, conforme verificado no documento “VERSAO2 ESCOPO DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE (NIVEL 2)” e nas entrevistas com os gestores da área técnica. Os monitoramentos de formigas e matocompetição são realizados em campo pela área operacional, que repassa as informações para a área técnica em caso de desvios significativos ou novas pragas. O monitoramento de formigas é realizado anualmente, com respectivas informações sendo lançadas em software específico (MIPfor – Manejo Integrado de Pragas – Formigas). O software faz a recomendação de combate, estimando a melhor época, dosagem e nível de dano econômico.</p>	N/A
b)	Sim	<p>Para monitoramento de incêndios florestais o EMF possui 18 torres de observação, 11 brigadas de combate e 4 caminhões pipa, mão de obra e treinamentos para os combates, com plantões aos finais de semana para os períodos mais críticos do ano. Foi desenvolvido um programa específico denominado “PROFLOR - Plano de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais”, no qual um supervisor administra 64 pessoas responsáveis pelo combate de incêndios.</p> <p>Por meio das observações dos focos de incêndios equipes de campo atuam no combate e controle das chamas. Todos os focos são registrados e analisados mensalmente pela equipe gestora. O EMF apresentou o procedimento “PR.06.00065 Sistema de Monitoramento e Controle Patrimonial Florestal, revisão 02_versão_05/05/2011” em que são descritas parcerias com outros dois grandes EMFs da região para prevenção e controle de incêndios florestais (Arquivo_PMF-2013-2014 Mucuri - BA_item_4.3).</p>	N/A
c)	Sim	<p>O EMF realiza monitoramentos de formigas, matocompetição e doenças, conforme verificado no documento “VERSAO2 ESCOPO DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE (NIVEL 2)” e nas entrevistas com os gestores da área técnica. Os monitoramentos de formigas e matocompetição são realizados em campo pela área operacional, que repassa as informações para a área técnica em caso de desvios significativos ou novas pragas. O monitoramento de formigas é realizado anualmente, com respectivas informações sendo lançadas em software específico (MIPfor – Manejo Integrado de Pragas –</p>	N/A



		Formigas).	
d)	Sim	O EMF realiza monitoramentos de formigas, matocompetição e doenças, (VERSAO2 ESCOPO DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE - NIVEL 2). Os monitoramentos de formigas e matocompetição são realizados em campo pela área operacional, que repassa as informações para a área técnica em caso de desvios significativos ou novas pragas. O monitoramento de formigas é realizado anualmente, com respectivas informações sendo lançadas em software específico (MIPfor – Manejo Integrado de Pragas – Formigas). O software faz a recomendação de combate, estimando a melhor época, dosagem e nível de dano econômico.	N/A
e)		O EMF realiza monitoramentos de formigas, matocompetição e doenças, (VERSAO2 ESCOPO DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE - NIVEL 2). Os monitoramentos de formigas e matocompetição são realizados em campo pela área operacional, que repassa as informações para a área técnica em caso de desvios significativos ou novas pragas. O monitoramento de formigas é realizado anualmente, com respectivas informações sendo lançadas em software específico (MIPfor – Manejo Integrado de Pragas – Formigas).	
3.4			
a)	Sim	A diversidade de espécies e ecossistemas são conhecidas pelo EMF por meio do levantamento florístico (Composição, estrutura e diversidade de comunidades vegetais em remanescentes florestais de relevância ecológica da empresa Suzano Papel e Celulose S/A – 2012) e de fauna (programa de monitoramento de mamíferos nas Áreas de Alto Valor de Conservação da Suzano Papel e Celulose S/A – 2013).	N/A
b)	Sim	O EMF implantou mecanismos de monitoramentos para os remanescentes naturais por meio do índice de qualidade da restauração (IQR) e desenvolvimento das mudas. Os monitoramentos de fauna e flora são realizados por meio de levantamentos de campo. Os principais resultados foram apresentados no PMF. Desta forma, os monitoramentos da fauna e flora são realizados em intervalos de tempo maiores: avifauna (realizado 2013 e a ser realizado em 2016), mamíferos (2013/2015), flora (2012, 2014 e 2015).	N/A
c)	Sim	O EMF elaborou um resumo público do PMF. Entre as páginas 39 e 46 foram apresentados resultados dos principais monitoramentos realizados pelo EMF, tais como	N/A

		mastofauna, florístico, avifauna, recursos hídricos. Na página 33 foram apresentados os monitoramentos das AVCs (Arquivo_Resumo Publico 2013-2014).	
d)	Sim	O EMF possui estudos de fauna (avifauna e mastofauna) e flora e consulta a bancos de dados oficiais para conhecimento de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção e seus habitats. Por meio dos levantamentos foram identificadas espécies raras, ameaçadas de extinção ou vulneráveis e endêmicas para avifauna, mastofauna, heptofauna e flora (relatórios de monitoramento florístico de 2011 e 2012, SIF; relatórios de monitoramento da avifauna e da mastofauna de 2013 da FUNATURA; relatório de monitoramento da heptofauna de 2011 da SIF).	N/A
3.5			
a)	Sim	O EMF apresenta em seu PMF (PMF-2014-2015 Mucuri - BA-Rev-OUT-2014) a localização, bem como caracterizou as fitofisionomias dos remanescentes de vegetação natural em mapas.	N/A
b)	Sim	O EMF possui um sistema de vigilância que monitora qualquer impacto à integridade de suas áreas de remanescentes naturais. Adicionalmente, também possui um sistema de vigilância por satélite para avaliar a evolução da sua integridade, contra incêndios florestais e atividades não autorizadas.	N/A
c)	Sim	O EMF adota ações de conservação dos remanescentes naturais, conforme detalhado em seu PMF (PMF-2014-2015 Mucuri - BA-Rev-OUT-2014), visando manter as funções ecológicas nas amostras representativas.	N/A
d)	Sim	O EMF realiza monitoramentos de formigas, matocompetição e doenças, conforme verificado no documento "VERSAO2 ESCOPO DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE (NIVEL 2)" e nas entrevistas com os gestores da área técnica. Os monitoramentos de formigas e matocompetição são realizados em campo pela área operacional, que repassa as informações para a área técnica em caso de desvios significativos ou novas pragas. O monitoramento de formigas é realizado anualmente, com respectivas informações sendo lançadas em software específico (MIPfor – Manejo Integrado de Pragas – Formigas). O software faz a recomendação de combate, estimando a melhor época, dosagem e nível de dano econômico.	N/A
3.6			
a)	Sim	O EMF possui procedimento específico para todas as	N/A

		atividades de ações antrópicas que podem ocorrer em suas áreas, bem como as medidas a serem tomadas caso ocorram (PR 06.00072 - Ações Antrópicas). Foi evidenciada a existência de um sistema permanente de vigilância patrimonial, com inspeções formais periódicas. Em locais com maior incidência de ocorrências são realizadas vistorias mais frequentes e instaladas placas de sinalização referentes a temas como proibição à caça, pesca, riscos de incêndios e demais cuidados com meio ambiente. Ver OBS. #03/15.	
b)	Sim	Foi evidenciada a existência de um sistema permanente de vigilância patrimonial, com inspeções formais periódicas. Em locais com maior incidência de ocorrências são realizadas vistorias mais frequentes e instaladas placas de sinalização referentes a temas como proibição à caça, pesca, riscos de incêndios e demais cuidados com meio ambiente.	N/A
c)	Sim	Considerando o margeamento das plantações no entorno das áreas de proteção natural (APP e RL), os remanescentes de vegetação da unidade de manejo estabelecem conectividade entre si o que favorecem a movimentação da fauna.	N/A
d)	Sim	Ficou evidenciado nas entrevistas com funcionários próprios (colheita mecanizada, adubação mecânica e irrigação de plantio) e de empresas prestadoras de serviços florestais (capina manual) de que receberam informação quanto à proibição de caça e pesca nas áreas de manejo do EMF.	N/A
<b>Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar</b>			
4.1			
a)	Sim	O EMF possui a caracterização dos solos existentes nas suas áreas, principalmente para embasamento e orientações prévias na implantação dos plantios, auxiliado por meio de análises químicas do solo para justificar as fertilizações e dosagens aplicadas.	
b)	Sim	Nos mapas do EMF são contemplados a caracterização dos recursos hídricos, sendo que a organização considere as microbacias onde se inserem suas fazendas com plantios de eucalipto.	
c)	Sim	Durante as visitas de campo e em análise aos mapas das plantações florestais foi observado que as disposições dos talhões dos plantios florestais do EMF respeitam as áreas	N/A

		<p>de preservação permanentes (corpos d'água) e as áreas de remanescentes naturais (RLs).</p> <p>O EMF implantou procedimentos técnicos operacionais para orientar as praticas de formação dos talhões e conservação de estradas, denominado: Manual de conservação do solo e manual de construção de estradas florestais. A área média ocupada por estradas florestais é de 4,5% e o EMF vem diminuindo para 3% nos processos de reforma florestal.</p>	
d)	Sim	<p>A organização elaborou um microplanejamento para a colheita, previsto por meio de um procedimento (PR.06.00079 – Colheita de Madeira, revisão 31, 08/02/2013).</p>	N/A
e)	Sim	<p>Estão identificados no plano de manejo do EMF os serviços e recursos de conservação de bacias hidrográficas e solos, biodiversidade, habitats para fauna, no item 6 do plano que trata da Gestão Ambiental. Trabalhos específicos para monitoramento de avifauna em áreas de alto valor de conservação (Fundação Pró-Natura Funatura outubro 2013); monitoramento de mamíferos em áreas de alto valor de conservação (Fundação Pró-Natureza Funatura outubro 2013), Composição, estrutura e diversidade de comunidades vegetais em remanescentes de relevância ecológica da empresa Suzano Papel e Celulose – SIF 2012; monitoramento de herpetofauna das áreas de muçunungas da Suzano também foi apresentado como evidência da identificação e manutenção do valor de recursos e serviços florestais.</p>	N/A
4.2			
a)		<p>O EMF implantou procedimentos técnicos operacionais para orientar as praticas de formação dos talhões e conservação de estradas, denominado: Manual de conservação do solo e manual de construção de estradas florestais. A área média ocupada por estradas florestais é de 4,5% e o EMF vem diminuindo para 3% nos processos de reforma florestal.</p>	
b)		<p>O EMF realiza a fertilização de seus plantios com base em estudos da literatura e em projetos desenvolvidos em áreas próprias. Assim, foram desenvolvidas pesquisas para compreensão do nível crítico, curva de resposta e monitoramento nutricional foliar das plantações. Previamente aos plantios, são realizadas análises químicas do solo para justificar as fertilizações e dosagens aplicadas.</p>	

		<p>O EMF desenvolveu um estudo detalhado na escala de 1:10.000 para realizar o mapeamento de solos e recomendação das adubações (Arquivo_Levantamento de solos e suas implicações no Manejo Florestal da Suzano – unidade Bahia). A partir destas informações, foram encontradas 30 unidades de mapeamento de solos, agrupadas em 8 unidades de manejo e divididas em 3 zonas macroclimáticas de influência nas áreas de manejo. O item 5 deste documento, páginas 99 a 118, descreve as técnicas de manejo do preparo de solo e fertilização dos plantios, que são baseadas no nível crítico do nutriente. O EMF também monitora se a aplicação dos fertilizantes em campo ocorreu de acordo com a recomendação.</p>	
c)	Sim	<p>O EMF implantou mecanismos de monitoramentos para os solos contemplado por estudos sobre o impacto das operações florestais sobre a compactação do solo, erosão e fertilidade. Previamente as áreas de reforma florestal são realizadas análises químicas da terra. Quanto aos monitoramentos hídricos são realizados levantamentos qualitativo e quantitativo. Assim, foram definidas e mapeadas seis regiões onde semestralmente são realizadas essas análises, estimando-se matematicamente a vazão das bacias hidrográficas nessas regiões edafoclimáticas. Todas as medições são compiladas mensalmente sendo gerados relatórios periódicos.</p>	N/A
d)	Sim	<p>Durante visita de campo em diversos pontos foram observados processos de erosão em decorrência de falta de estruturas de conservação de estradas, como bueiros, saídas de água, caixas de contenção, principalmente em estradas com manutenção recente para a colheita florestal (NCR #01/15).</p>	NCR #01/15
4.3			
a)	Sim	<p>A organização possui um manual de treinamento para aplicação de herbicida com pulverizados costal manual (GC.119, revisão 01, 29/11/2012) que orienta para as questões de segurança, operação e manutenção de forma a minimizar riscos para a saúde e o ambiente.</p>	N/A
b)	Sim	<p>A organização mantém controle dos produtos utilizados em planilhas eletrônicas, por meio do controle de estoques de insumos.</p>	N/A
c)	Sim	<p>Não foi evidenciado o uso de agrotóxicos proibidos no Brasil ou classificados na OMS como 1A e 1B, ou à base de hidrocarbonetos clorados. A organização faz uso da Sulfluramida, Fipronil, Deltametrina e Fenitrotion.</p>	N/A

d)	Sim	A organização fornece treinamento para transporte, manuseio, aplicação, armazenamento e disposição final, a todos os trabalhadores envolvidos na sua aplicação (GC.119 - Manual de treinamento para aplicação de herbicida com pulverizados costal manual, revisão 01, 29/11/2012).	N/A
e)	Sim	A organização controla os produtos utilizados em planilhas eletrônicas, por meio do controle de estoques de insumos.	N/A
f)	Sim	A organização fornece treinamento para transporte, manuseio, aplicação, armazenamento e disposição final, a todos os trabalhadores envolvidos na sua aplicação (GC.119 - Manual de treinamento para aplicação de herbicida com pulverizados costal manual, revisão 01, 29/11/2012).	N/A
g)	Sim	A organização possui um manual de treinamento para aplicação de herbicida com pulverizados costal manual (GC.119, revisão 01, 29/11/2012) que orienta para as questões de segurança, operação e manutenção de forma a minimizar riscos para a saúde e o ambiente.	N/A
h)	Sim	A organização possui um manual de treinamento para aplicação de herbicida com pulverizados costal manual (GC.119, revisão 01, 29/11/2012) que orienta para as questões de segurança, operação e manutenção de forma a minimizar riscos para a saúde e o ambiente.	N/A
i)	Sim	A organização possui um manual de treinamento para aplicação de herbicida com pulverizados costal manual (GC.119, revisão 01, 29/11/2012) que orienta para as questões de segurança, operação e manutenção de forma a minimizar riscos para a saúde e o ambiente.	N/A
j)	Sim	A organização controla os produtos utilizados em planilhas eletrônicas, por meio do controle de estoques de insumos.	N/A
4.4			
a)	Sim	A organização possui um programa de gerenciamento de resíduos (PPG.06.00013, revisão 32, 01/10/2013) que orienta sobre a forma de registro, manuseio, armazenamento temporário, disposição adequada e cuidados ambientais.	N/A
b)	Sim	Todo o volume gerado de resíduos perigoso nos núcleos de produção, viveiro, colheita e silvicultura são cadastrados em planilha (controle de resíduos).	N/A
c)	Sim	Os materiais contaminados com óleo, graxa, tinta ou solventes e outros materiais classificados como Classe I são disponibilizados em depósito temporário específico (conforme NBR 10.004) para posterior coleta por empresa especializada e destinação final adequada. No caso de	N/A

		recicláveis, é realizada a coleta seletiva e, destinada, preferencialmente para reciclagem e para casos de não haver opção de reciclar, para aterros municipais.	
d)	Sim	Para casos de derramamento de combustíveis e/ou óleos e químicos, bem como de vazamentos e derrames de herbicida em calda é realizada a abertura de uma ocorrência ambiental (FM.06.00035 – Registro de Ocorrência Ambiental). Procedimentos de emergência são previstos no procedimento de atendimento à emergência ambiental (PPG.06.00848).	N/A
e)	Sim	O EMF realiza o monitoramento e o controle de fumaça preta de veículos e equipamentos florestais (manutenção preventiva – HV Komatsu – 23/10/2014; vistoria de veículos/equipamentos – 03/09/2014), com avaliações para a emissão em 5 categorias (sendo 20% considerado emissão normal até 100% como emissão excessiva).	N/A
<b>Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal</b>			
5.1			
a)	Não	A região onde o EMF está inserido passou por mudanças expressivas nos últimos anos, especialmente em decorrência da Operação Cruzeiro do Sul (implantada por agentes públicos com o apoio do EMF e de outras grandes empresas de celulose), a qual desmontou uma indústria criminosa de carvão vegetal que envolvia muitas comunidades locais, configurando uma nova situação socioeconômica (Matriz de Impactos Socioeconômicos UNF BA - impactos regionais advindos das operações e da presença do EMF na região). Por outro lado o EMF iniciou um processo de primarização das atividades de manejo, o que implica em novas mudanças na economia regional. O cenário que ora se apresenta na região requer uma nova avaliação de impactos, ainda que EMF possua avaliação de impactos socioeconômicos negativos associados às atividades de manejo. Sem uma nova avaliação não é possível verificar a proporcionalidade quanto à escala e intensidade das operações de forma a embasar o dimensionamento de medidas mitigadoras e o estabelecimento de metas e indicadores consistentes para o monitoramento dessas medidas (Relatório Avaliação de Impactos Socioeconômico-Ambientais UNF BA). (NCR#02/15).	NCR #02/15
b)	Não	Em decorrência da falta de uma avaliação atualizada dos impactos sociais advindos das atividades de manejo florestais na região, que contemple as expressivas	NCR #03/15

		<p>mudanças que ocorreram nos últimos anos, especialmente em decorrência da Operação Cruzeiro do Sul, a qual desmontou a indústria de carvão vegetal que envolvia muitas comunidades locais, configurando um novo cenário socioeconômico para as comunidades dependentes da renda do carvão e ainda das mudanças em curso decorrentes do processo de primarização. Diante do novo cenário, a falta de uma avaliação atualizada de impactos socioeconômicos não possibilita avaliar se as medidas de mitigação dimensionadas são proporcionais aos impactos regionais identificados, incluindo os projetos de interesse social que estão em andamento (Matriz de Impactos Socioeconômicos UNF BA - impactos regionais advindos das operações e da presença do EMF na região). O Fórum Florestal definiu como medida de minimização e mitigação de impactos socioeconômicos negativos das operações florestais do EMF (e de outras grandes empresas de celulose da região) o recuo de 300 metros em áreas de plantio junto a comunidades rurais. Porém, o EMF vem descumprindo o acordo em 26% das áreas acordadas (Levantamento de áreas que deveriam ter sido recuadas e de áreas com plantio). Da falta de uma avaliação atualizada dos impactos sociais relacionados ao manejo florestal no novo cenário regional, decorre a impossibilidade de se definir as medidas mitigadoras proporcionais à escala e intensidade das atividades de manejo. Dessa forma não foram definidos indicadores e metas consistentes que permitam verificar os resultados esperados relativos às medidas mitigadoras, incluindo programas de desenvolvimento social em implantação (RISA – Relatório Interno Socioambiental Pré e Pós - impactos diretos advindos das operações) (NCR #03/15).</p> <p>O EMF registra comentários e demandas de partes interessadas e acompanha o fluxo da tomada de decisão sobre possíveis ações e o fornecimento de respostas por meio do SISPART. No entanto foram encontradas em campo falhas de comunicação conforme detalhado no indicador anterior.</p>	
c)	Sim	<p>O EMF mapeia as diferenças entre trabalhadores com mesma função. Porém, está em curso, e deverá ser finalizado até 2016, um processo de primarização determinado pelo Ministério Público do Trabalho. Por este motivo foi emitida a OBS #04/15.</p>	OBS #04/15
d)	Sim	<p>O EMF possui programas e canais de diálogo (0800, Livro em Campo, RISA, visitas de campo dos Agentes</p>	N/A.



		<p>Socioambientais e Rodas de Conversa, entre outros) e um sistema de gestão de informações (SISPART) que atendem também as comunidades tradicionais. No entanto durante entrevistas a partes interessadas foram verificadas falhas como, por exemplo: dúvidas sobre a legalidade e os impactos dos produtos que estão sendo pulverizados por avião; a possível contaminação de nascentes por produtos químicos utilizados no preparo do solo e no combate a pragas; dúvidas relativas a demandas de comunidades rurais e tradicionais não atendidas pelo EMF; falta de pró-atividade no diálogo com órgãos públicos, especialmente Secretarias Municipais de Meio Ambiente dos municípios da região (ver OBS #05/15).</p> <p>O EMF identifica e mapeia populações indígenas e/ou tradicionais em sua área de influência (Mapa Comunidades Projetos Sociais), as inclui na avaliação de impactos negativos das operações florestais e na definição de medidas de mitigação e compensação relativas aos impactos negativos das operações florestais: AIA 03.00009 – Sustentabilidade (impactos diretos advindos das operações); Matriz de Impactos Socioeconômicos UNF BA (impactos regionais advindos das operações e da presença do EMF na região).</p> <p>O EMF garante o acesso das populações aos sítios identificados. Não foi evidenciada em campo, nas entrevistas com partes interessadas e nas análises documentais não conformidade relativa a este tema.</p>	
e)	Sim	Não foram identificados conhecimentos tradicionais com potencial valor de comercialização durante a auditoria.	N/A
f)	Sim	O EMF oferece oportunidades de trabalho às populações locais e monitora sua contratação (Gráfico “pizza” Posições fechadas Set/2013 a Ago/2014 UMF BA): no período do gráfico apresentado foram identificados 95% trabalhadores da região e 5% trabalhadores de outras regiões.	N/A
g)	Sim	O EMF realiza e monitora a contratação de serviços e compra de produtos locais (arquivo Fornecedores Regionais 2014): 45% dos fornecedores da Unidade são regionais. Também estabelece metas e realiza ações de “desenvolvimento regional de fornecedores”.	N/A
h)	Sim	O EMF apresentou PPRA, o PCMSO e laudos ergonômicos próprios e de EPS e realiza auditorias de campo que avaliam sistematicamente todas as empresas	N/A

		no mínimo 2 vezes por ano (quando há necessidade essa incidência aumenta), gerando planos de ação quando são encontradas não conformidades. A equipe de SSOMA monitora as medidas determinadas nos planos de ação por meio de um sistema de gestão de informações (Check list SSOMA e GID).	
i)	Sim	O EMF apresentou PPRA, o PCMSO e laudos ergonômicos próprios e de EPS e realiza auditorias de campo que avaliam sistematicamente todas as empresas no mínimo 2 vezes por ano (quando há necessidade essa incidência aumenta), gerando 'planos de ação quando são encontradas não conformidades. A equipe de SSOMA monitora as medidas determinadas nos planos de ação por meio de um sistema de gestão de informações (Check list SSOMA e GID).	N/A
j)	Sim	O EMF promove ações de conscientização sobre temas socioambientais, como a "Palestra sobre Educação Ambiental para Alunos do 4º ao 5º ano da Educação Fundamental, nas Comunidades de São José, e Igrejinha Municípios de Alcobaça-Ba", realizada em agosto de 2014.	N/A
5.2			
a)	Sim	O EMF apresentou resumo público com as informações exigidas no critério 7.1, conforme se pode verificar na sua leitura. Este documento encontra-se disponível no site da empresa no link <a href="http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/plano-de-manejo.htm">http://www.suzano.com.br/portal/suzano-papel-e-celulose/plano-de-manejo.htm</a>	N/A
b)	Sim	O EMF possui programas e canais de diálogo (0800, Livro em Campo, RISA, visitas de campo dos Agentes Socioambientais e Rodas de Conversa, entre outros) e um sistema de gestão de informações (SISPART). No entanto durante entrevistas a partes interessadas foram verificadas falhas como, por exemplo: dúvidas sobre a legalidade e os impactos dos produtos que estão sendo pulverizados por avião; a possível contaminação de nascentes por produtos químicos utilizados no preparo do solo e no combate a pragas; dúvidas relativas a demandas de comunidades rurais e tradicionais não atendidas pelo EMF; falta de pró-atividade no diálogo com órgãos públicos, especialmente Secretarias Municipais de Meio Ambiente dos municípios da região (OBS #05/15).	OBS #05/15
c)	Sim	O EMF registra comentários e demandas de partes interessadas e acompanha o fluxo da tomada de decisão sobre possíveis ações e o fornecimento de respostas por meio do SISPART. No entanto foram encontradas em	N/A

		campo falhas de comunicação conforme detalhado no indicador anterior.	
d)	Sim	O EMF possui programas e canais de diálogo (0800, Livro em Campo, RISA, visitas de campo dos Agentes Socioambientais e Rodas de Conversa, entre outros) e um sistema de gestão de informações (SISPART). No entanto durante entrevistas a partes interessadas foram verificadas falhas como, por exemplo: dúvidas sobre a legalidade e os impactos dos produtos que estão sendo pulverizados por avião; a possível contaminação de nascentes por produtos químicos utilizados no preparo do solo e no combate a pragas; dúvidas relativas a demandas de comunidades rurais e tradicionais não atendidas pelo EMF; falta de pró-atividade no diálogo com órgãos públicos, especialmente Secretarias Municipais de Meio Ambiente dos municípios da região (ver OBS #05/15).	N/A

#### **ANEXO IV – Análise Crítica para Decisão da Certificação**

De acordo com as informações da equipe de auditoria, evidências apresentadas nesse relatório (cumprimento dos requisitos da ABNT 14789), condução da auditoria Fase 1 e Fase 2 (equipe de auditores, tempo de auditoria e constatações), tratamento de reclamações, análise dos documentos do processo de certificação e parecer dos membros da Comissão de Certificação recomenda-se pela concessão da certificação para o EMF.

Nome do Aprovador: Leonardo Martin Sobral, Gerente de Certificação Florestal.